

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA INFORMAÇÃO – ICHI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGeo**

CRISTIANO DA SILVA AMORIM

**AS POLÍTICAS PÚBLICAS NA AGRICULTURA FAMILIAR DO MUNICÍPIO DO
RIO GRANDE/RS**

Rio Grande

2016

CRISTIANO DA SILVA AMORIM

**AS POLÍTICAS PÚBLICAS NA AGRICULTURA FAMILIAR DO MUNICÍPIO DO
RIO GRANDE/RS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Ciências Humanas e da Informação da Universidade Federal do Rio Grande, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Jussara Mantelli

Linha de Pesquisa: Análise Urbano – Regional

Rio Grande, Setembro de 2016.

Cristiano da Silva Amorim

As políticas públicas na agricultura familiar do município do Rio Grande/RS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Ciências Humanas e da Informação da Universidade Federal do Rio Grande, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia

Data: 28/09/2016

BANCA EXAMINADORA

Professora Doutora Jussara Mantelli (presidente) – PPGeo – FURG

Professora Doutora Maria Regina Caetano Costa – ICH – UFPEL

Professora Doutora Carmem Porto – ICHI – FURG

Professor Doutor Eder Dion de Paula Costa – (suplente) – FADIR - FURG

Onde há poder, ele se exerce. Ninguém é, propriamente falando, seu titular; E, no entanto, ele sempre se exerce em determinada direção, com uns de um lado e outros do outro; não se sabe ao certo quem o detém; mas se sabe quem não o possui. (Foucault, 2012, p.28).

AGRADECIMENTOS

É chegada à hora de relembrar as pessoas, instituições, programas e grupos que de uma maneira ou de outra foram fundamentais para a conclusão desta parte fundamental da dissertação.

Gostaria inicialmente de agradecer a Universidade Federal do Rio Grande por manter este programa de pós-graduação que possibilita um aumento significativo de conhecimento dos seus alunos e de uma melhora significativa nas pesquisas na área humana.

É de grande relevância lembrar e agradecer ao Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGeo) por disponibilizar e manter tão qualificado grupo de profissionais que possibilitam um processo de desenvolvimento dos alunos tão pleno.

Não poderia deixar de agradecer ao ARCA, e em especial as pessoas que compõem esse grupo, com destaque mais que especial as minhas amigas Camila Baptista, Diana Peña, Evelin Pellegrinotti, Janete Utzig, Noemi, Francisco e João, Obrigado pela paciência, dedicação e amizade, vocês são muito especiais.

A minha brilhante orientadora Professoras doutora Jussara Mantelli. O que dizer de uma pessoa que não desiste nunca, fantástica, inteligentíssima, companheira e sempre disposta a me acalmar com conselhos nos momentos de muito estresse. Professora muito obrigado por tudo.

Quero também lembrar aqui da minha mãe e pai, Cleuza e Domingos, dos meus irmão e sobrinhos que sempre estão juntos e me motivando pra continuar lutando sempre. Amo vocês.

E por último quero pedir desculpas ao meu João e a Márcia por todos os momentos que não pude estar com vocês, por todas as minhas faltas e medos. Quero agradecer pela paciência e dedicação. Amo muito vocês.

Agradecer a Deus por ter me dado tudo isso que citei aqui nos agradecimento e não me deixar desistir.

RESUMO

O objetivo central desta pesquisa é apresentar uma análise da dinâmica funcional das políticas públicas para a agricultura, com ênfase no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), bem como entender como este programa colabora efetivamente para a produção e manutenção das propriedades de base familiar do município de Rio Grande/RS. Dentre as várias possibilidades de apoio aos produtores rurais das ordens administrativas e econômicas (EMBRAPA, EMATER, Secretarias Municipais de Agricultura e Pecuária, Ministérios da Agricultura, da Reforma Agrária, INCRA e todos os projetos que movimentam este setor), o PRONAF se apresenta como um dos mais importantes instrumentos de apoio e auxílio econômico aos agricultores familiares. Nesse sentido, é importante considerar como os recursos deste programa são captados e utilizados pelos agricultores familiares do município do Rio Grande/RS, além de localizar as áreas de produção do município e as propriedades que captam os recursos. Da mesma forma, buscou-se averiguar se o PRONAF está sendo utilizado com o intuito e com as pretensões que rege o seu texto ou para sanar outras situações/condições familiares fora dos ideários produtivos.

Palavras-chave: Políticas públicas, Agricultura familiar, PRONAF.

ABSTRACT

The central goal of this research is to present an analysis of the functional dynamics of public policies for agriculture, with emphasis on the Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), as well as to understand how this program effectively contributes to the production and maintenance of the family-based estates in the city of Rio Grande/RS. Among the several possibilities of support to the rural producer from the economic and administrative orders (EMBRAPA, EMATER, city secretaries of agriculture and livestock, Ministries of Agriculture, Agrarian reform, INCRA and all the projects that move this sector), The PRONAF presents itself as one of the most important instruments of support and economic help to the family farmers. In this sense, it is important to consider how the resources of this program are obtained and used by the family farmers of the city of Rio Grande/RS, as well as to identify the production areas of the city and the estates that obtain these resources. Likewise, it is intended to ascertain whether the PRONAF is being used within the purpose and intentions stated by its text or to solve other family situations/conditions out of the productive ideologies.

Keywords: public policies, family farming, PRONAF.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Grupos beneficiáveis pelo PRONAF, segundo o BNDES.	19
Quadro 2 – Identificação das principais linhas de financiamento do PRONAF em Rio Grande/RS.	20
Quadro 3 – População residente por situação de domicílio (1940-1980).....	52
Quadro 4 – População total residente no município por situação de domicílio (1970-2010).	52
Quadro 5 – Pedido de auxílio para a organização de projetos em 2014/2015.	70
Quadro 6 – Tamanho das propriedades dos entrevistados (ha).	80
Quadro 7 – Composição por gênero das famílias entrevistadas.	81
Quadro 8 – Tamanho das famílias entrevistadas.	82

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução populacional por situação de domicílio no município de Rio Grande.	53
Gráfico 2 – Classificação dos imóveis do município por grupo de área.	60
Gráfico 3 – Número de imóveis por estrato de área (hectares).....	62
Gráfico 4 – Atividades reportadas pelas famílias entrevistadas.	80
Gráfico 5 – Conhecimento por parte das famílias entrevistadas, sobre programas de financiamento disponibilizados através de políticas públicas federais.	83
Gráfico 6 – Maneira pela qual recebeu informação sobre a existência de programas de financiamento via políticas públicas federais.....	84
Gráfico 7 – Utilização recente de financiamentos feitos através de programas federais.	85
Gráfico 8 – Qual financiamento foi adquirido pela família?	86
Gráfico 9 – Estabelecimento de garantias para a liberação do financiamento.....	87
Gráfico 10 – A família conhece o PRONAF?.....	88
Gráfico 11 – Já utilizou o PRONAF?	89
Gráfico 12 – Linhas de financiamento do PRONAF utilizadas.	89
Gráfico 13 – Motivo da aquisição do financiamento – PRONAF.....	91
Gráfico 14 – Fatores que possibilitaram a melhora na produção e que mais se investiu.....	91
Gráfico 15 – Utilização de auxílio de órgãos oficiais na tentativa de financiamento – PRONAF.....	92
Gráfico 16 – Pretensão de renovação ou nova aquisição de financiamento via PRONAF.....	93
Gráfico 17 – Satisfação por parte das famílias com relação aos financiamentos adquiridos (não PRONAF).....	94
Gráfico 18 – Satisfação por parte das famílias com relação aos financiamentos adquiridos via PRONAF.....	95

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Localização do município de Rio Grande no Rio Grande do Sul.....	56
Mapa 2 – Mapa da divisão distrital do município de Rio Grande.....	57
Mapa 3 – Divisão distrital, áreas urbanas e rodovias federais do Município de Rio Grande.	58
Mapa 4 – Distribuição geográfica e localização da área de estudo no Município de Rio Grande.....	73

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Entrada da Propriedade (Ilha do Leonídio).	74
Figura 2 – Produção de Cebola (Ilha do Leonídio)	74
Figura 3 – Produção de repolho (Ilha do Leonídio).....	75
Figura 4 – Produção de hortaliças (I. dos Marinheiros).	75
Figura 5 – Produção de hortaliças (I. dos Marinheiros).	76
Figura 6 – Produção de Hortaliças (Povo Novo).	76
Figura 7 – Produção de Morangos (Barro Vermelho).....	77
Figura 8 – Produção de Hortaliças (Arraial)	77

LISTA DE SIGLAS

ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento
CMDR – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural
DAP – Declaração de Aptidão ao PRONAF
EMATER/RS-ASCAR – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio Grande do Sul
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAO – Food and Agriculture Organization (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação)
GS – Garantia-Safra
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MA – Ministério da Agricultura
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MMA – Ministério do Meio Ambiente
ONGs – Organizações Não-Governamentais
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PAC2 – Programa de Aceleração do Crescimento
PMDR – Plano Municipal de Desenvolvimento Rural
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNCF – Programa Nacional de Crédito Fundiário
PNPB – Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PROVAP – Programa de Valorização da Pequena Produção Rural
SAF – Secretaria da Agricultura Familiar
SDR – Secretaria do Desenvolvimento Rural
SDT – Secretaria do Desenvolvimento Territorial
SUASA – Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 PROBLEMA	22
1.2 OBJETIVOS	24
1.2.1 Objetivo Geral.....	24
1.2.2 Objetivos específicos	24
1.3 JUSTIFICATIVA	25
1.4 METODOLOGIA.....	29
3 RIO GRANDE, UM ESPAÇO DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA E INDUSTRIAL.....	48
3.1 LOCALIZAÇÃO E CARACTERÍSTICAS FÍSICO-GEOGRÁFICAS DO MUNICÍPIO DE RIO GRANDE.....	55
3.2 PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA E ESTRUTURA FUNDIÁRIA DO MUNICÍPIO.	59
4 AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE RIO GRANDE.....	64
4.1 O PRONAF NO CENÁRIO MUNICIPAL E OS ATORES RESPONSÁVEIS PELO FINANCIAMENTO	68
CONSIDERAÇÕES FINAIS	97
REFERÊNCIAS.....	102
APENDICES	

1 INTRODUÇÃO

A agricultura desde os primórdios da domesticação dos vegetais e o princípio de produção com excedente teve destaque, tanto econômico, como social. Mesmo sendo um sistema de produção de fundamental importância, com a modernização da sociedade acabou sendo colocado em segundo plano no cenário político, econômico e social mundial, muitas vezes por ser entendida como uma área de produção mais ruda e com poucas possibilidades de ascensão social (para os padrões modernos). Contudo a pesquisa faz uma reflexão geral sobre as condições da realidade do sistema agrário da cidade do Rio Grande – RS, estabelecendo um comparativo com o sistema produtivo nacional e como as políticas públicas de grande relevância estão atuando neste sistema produtivo.

Como falar do sistema agrário sem falar de produção? Como falar de produção sem falar em lucro? Como falar de lucro sem falar de poder?

Falar de uma porção do sistema produtivo rural, mais especificamente da agricultura familiar, sem falar dos sistemas governamentais vigentes que coordenam o sistema financeiro do país e que por sua vez estão visceralmente ligados ao poder, é impossível.

O sistema governamental estatal é o responsável por identificar, coordenar, definir, organizar, orientar e fiscalizar o andamento social dentro das diversas esferas que compõem a existência e convivência populacional, tanto nas áreas urbanas como nas áreas rurais. Para tanto se faz necessário que se tenha um cuidado especial com algumas áreas fundamentais como: economia, agricultura, saúde, segurança, entre outras.

Segundo Foucault (2012, p. 423) “foi com o desenvolvimento da ciência do governo que a economia pôde centralizar-se em certo nível de realidade que caracterizamos hoje como econômico”. Ele lembra também que foi a partir do

desenvolvimento da ciência do governo que se conseguiu identificar os problemas, isso graças ao isolamento do problema específico da população, que tinha como base a economia. A partir de então os problemas puderam ser pensados, sistematizados e calculados para serem resolvidos.

Assim, entendemos que para o sistema governamental resolver os problemas, é preciso que se desenvolvam políticas públicas para cada caso específico.

Analisando diferentes conceitos de políticas públicas, foi encontrado o entendimento do governo do Estado do Paraná, apresentado de forma que cumpre a necessidade atual da apresentação do conceito.

Segundo a Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Paraná,

Políticas públicas são conjuntos de programas, ações e atividades desenvolvidas pelo Estado diretamente ou indiretamente, com a participação de entes públicos ou privados, que visam assegurar determinado direito de cidadania, de forma difusa ou para determinado seguimento social, cultural, étnico ou econômico. (PARANÁ, [2015]).

As políticas públicas podem ser elaboradas e formuladas principalmente por iniciativa dos poderes executivo ou legislativo, separada ou conjuntamente, a partir de demandas e propostas da sociedade, em seus diversos casos ou segmentos.

A Lei complementar nº 131, de 27 de maio de 2009 (Lei da transparência) garante a participação social na formulação, acompanhamento em tempo real e avaliação da política pública criada, desde que tenha sido identificado na própria formulação que a constituiu.

A gestão das políticas públicas, segundo a referida Secretaria, torna-se fundamental e são identificadas como:

[...] as atividades relacionadas ao diagnóstico e planejamento, à execução e avaliação das ações e políticas estabelecidas pelo governo, nas esferas federal, estadual e municipal, de prestação de serviços para a sociedade em geral. As políticas públicas estabelecem metas e encaminham soluções para resolver problemas sociais nas mais diversas áreas, como educação, saúde, assistência social, habitação, lazer, transporte, segurança e meio ambiente. (PARANÁ, [2015])

A percepção de que as tentativas de criação de novas diretrizes estatais (políticas), baseadas na melhoria das condições populacionais em áreas distintas de fixação nos espaços urbanos e rurais, fazem com que se perceba o tamanho do trabalho a ser desempenhado pelo estado em todas as escalas administrativas.

Tendo como base o entendimento de políticas públicas e direcionando o conceito e os entendimentos subsequentes para as questões agrárias, percebemos que o sistema estatal tem algumas políticas que visam o desenvolvimento econômico e produtivo do setor.

Muitos incentivos, disponibilizados via linhas de financiamentos, são adquiridos através do sistema público federal, mas também existem os sistemas de financiamentos estaduais e municipais, oferecidos ao setor agrário como um todo. Podemos citar como políticas públicas federais as seguintes:

- ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural;
- GS – Garantia-Safra;
- PAA – Programa de Aquisição de Alimentos;
- PAC2 – Programa de Aceleração do Crescimento;
- PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar;
- PNCF – Programa Nacional de Crédito Fundiário;
- PNPB - Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel;
- Programa de Cadastro de Terra e Regularização Fundiária;
- PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar;
- SUASA – Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária;
- Terra Forte;
- Terra Legal.

Buscando um enfoque mais específico, se percebe os planos que visam o desenvolvimento a partir dos financiamentos para a agricultura familiar. Estes projetos e políticas públicas são essenciais para a manutenção e aumento da produtividade além de possibilitar a conservação e permanência da população nestes espaços.

Para Brose (1999) este tipo de política é fundamental para que os agricultores familiares tenham reconhecimento tanto de produção, como visibilidade e controle de mercado. Para tanto, ele afirma,

O desenvolvimento local, baseado na agricultura familiar, depende fundamentalmente da intervenção estatal, regulando as assimetrias do mercado através de políticas públicas. Se deixada à própria sorte frente às forças do mercado, a agricultura familiar se transforma em alvo fácil de monopólios e intermediários que se apropriam do valor agregado da produção. (BROSE, 1999, p. 58-59).

Como já é de conhecimento geral, a história do Brasil se dá sobre um manto de políticas públicas que teve como elemento central o sistema agrário, desde a divisão territorial pelo processo de capitânicas hereditárias, passando pelas sesmarias, evoluindo com as políticas do Estado Novo e da ditadura militar, ingressando na redemocratização nos anos de 1980, com ênfase na constituição de 1988, continuando com grandes avanços nos anos 1990, e se estendendo até os dias atuais.

Muitas destas políticas que tinham apenas uma visão conservadora, pouco mudaram o cenário agrícola do país. Somente com a Constituição de 1988 o país começa a vislumbrar, de fato, uma mudança que realmente pudesse ser significativa, em especial para os agricultores familiares, para os trabalhadores que buscavam a reforma agrária e para os sistemas produtivos menores.

O governo passa a entender a agricultura e as questões agrárias, não só como elemento econômico, mas também elemento de grande importância governamental, não apenas como questão social.

Em 1994 e 1995, mudanças circunstanciais acontecem no cenário rural brasileiro. Neste período de grandes acontecimentos é lançado o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), que foi e continua sendo um marco nas conquistas agrárias do país.

Mesmo assim alguns autores não consideraram o PRONAF como uma política agregadora e sim celetista, assim como também questionam a criação de novos ministérios para a pasta da agricultura.

A criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em 2000, pelo decreto nº 3.338/2000 e depois revogado pelo decreto nº 4.723/03, que manteve o mesmo nome e realmente definiu suas competências¹ deu um novo rumo para o sistema de crédito para agricultura familiar no Brasil, possibilitando linhas de créditos para diferentes linhas, ou então, faixa etárias de agricultores. Mesmo assim alguns autores como Tonneau, Aquino e Teixeira (2005), ainda defendiam que programas como o PRONAF poderia ser seletivo e gerador de diferenças de acesso entre os agricultores, excluindo os mais pobres do sistema, favorecendo alguns agricultores com melhores condições econômicas e maiores possibilidades produtivas.

Mesmo com algumas divergências, se sabe que existem poucos sistemas diferentes de financiamento que possam ajudar a agricultura familiar. Os mais próximos dos sistemas públicos de apoio e financiamento agrícola são os financiamentos privados, que estão relacionados à agroindústria, ou são organizados para gerar vantagens para os agricultores agroindustriais, com juros e prazos diferenciados conforme suas conveniências.

Brose (1999) também cita outros motivos que levam os produtores familiares a usufruírem menos dos financiamentos de produção:

- Os produtores têm pouco acesso à informação que é monopolizada (e manipulada) pelas agroindústrias;
- Não há uma organização própria, os produtores atuam individualizados frente à estrutura das agroindústrias, estando desta forma fragilizados e dependentes;
- A educação no meio rural é de baixa qualidade, os produtores frequentemente abandonam os estudos cedo e não há um treinamento profissional de qualidade, o que faz com que muitos produtores assinem contratos sem entender as cláusulas, não conheçam as tendências de mercado para orientar seus investimentos nem implantem uma gestão financeira adequada em suas propriedades. (BROSE, 1999, p. 59)

Apesar de ter lembrado motivos plausíveis para uma utilização cada vez menor dos sistemas de financiamentos, como os já citados por Brose, é importante lembrar que em algumas regiões de produção familiar surgem cooperativas que em

¹O MDA tem como competências: reforma agrária; promoção do desenvolvimento sustentável do seguimento rural constituído pelos agricultores familiares; identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos. Extraordinariamente, também exerce competências à regularização fundiária na Amazônia conforme disposto na lei nº 11. 952/09. (fonte site MDA, visitado em 19/01/2016).

muitos casos indicam e orientam seus cooperados a realizarem os melhores negócios na busca de seus financiamentos e investimentos.

Ao encontrarmos motivos suficientes para a manutenção dos investimentos financeiros estatais, a pesquisa continua investigando a fim de contribuir para o entendimento parcial do problema destas populações de agricultores familiares.

Entraremos de forma mais incisiva na tentativa de identificar o PRONAF como elemento norteador dos financiamentos para este público que tanto depende da ajuda e orientação do Estado.

O PRONAF é um programa de crédito que visa fornecer recursos financeiros a agricultores familiares. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o PRONAF busca atender em especial os seguintes grupos: Agricultores familiares, assentados da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais, que podem adquirir os financiamentos de forma individual ou coletiva, com um sistema de taxa de juros diferenciados do sistema financeiro tradicional (BRASIL, 2015)

O programa trabalha com linhas de crédito que são identificadas das seguintes formas:

- Microcrédito Rural;
- PRONAF Agroecologia;
- PRONAF Agroindústria;
- PRONAF Cota-Parte;
- PRONAF Custeio e Comercialização de agroindústrias familiares;
- PRONAF Custeio;
- PRONAF Eco;
- PRONAF Floresta;
- PRONAF Investimentos (Mais Alimentos);
- PRONAF Jovem;
- PRONAF Mulher;
- PRONAF Semiárido.

Quadro 1 – Grupos beneficiáveis pelo PRONAF, segundo o BNDES.

Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3
<p>Agricultores e produtores rurais familiares que compõem as unidades familiares de produção rural e que comprovem seu enquadramento mediante apresentação da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) válida, e</p> <p>a) explorem parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, comodatário, parceiro ou concessionário do Programa Nacional de Reforma Agrária, ou permissionário de áreas públicas;</p> <p>b) residam na propriedade ou em local próximo;</p> <p>c) não disponham, a qualquer título, de área superior a quatro módulos fiscais, contíguos ou não, quantificados segundo a legislação em vigor (este item não se aplica quando se tratar de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse os quatro módulos fiscais);</p> <p>d) obtenham, no mínimo, 50% da renda familiar da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento;</p> <p>e) tenham o trabalho familiar como predominante na exploração do estabelecimento, utilizando apenas eventualmente o trabalho assalariado, de acordo com as exigências sazonais da atividade agropecuária, podendo manter empregados permanentes em número menor que o número de pessoas da família ocupadas com o empreendimento familiar - exceto na Linha PRONAF Microcrédito (Grupo "B"), em que não se admite a manutenção de qualquer empregado assalariado, em caráter permanente; e</p> <p>f) tenham obtido renda bruta anual familiar de até R\$ 360 mil nos últimos 12 meses que antecedem a solicitação da DAP, considerando neste limite a soma de todo o Valor Bruto de Produção (VBP), 100% do valor da receita recebida de entidade integradora e das demais rendas provenientes de atividades desenvolvidas no estabelecimento e fora dele, recebidas por qualquer componente familiar, exceto os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais.</p>	<p>Agricultores e produtores rurais familiares que atendam às exigências previstas no item 1 e que sejam:</p> <p>a) pescadores artesanais que se dediquem à pesca artesanal, com fins comerciais, explorando a atividade como autônomos, com meios de produção próprios ou em regime de parceria com outros pescadores igualmente artesanais;</p> <p>b) aquicultores que se dediquem ao cultivo de organismos que tenham na água seu normal ou mais frequente meio de vida e explorem área não superior a 2 hectares de lâmina d'água ou ocupem até 500 m³ de água, quando a exploração se efetivar em tanque-rede; ou</p> <p>c) silvicultores que cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes</p>	<p>Agricultores e produtores rurais familiares que comprovem seu enquadramento mediante apresentação da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) válida, e:</p> <p>a) se enquadrem nos requisitos 1.a, 1.b, 1.d, 1.e e 1.f, citados anteriormente;</p> <p>b) sejam extrativistas que exerçam o extrativismo artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e faiscadores;</p> <p>c) sejam integrantes de comunidades quilombolas rurais;</p> <p>d) sejam membros de povos indígenas; e</p> <p>e) sejam membros dos demais povos e comunidades tradicionais.</p>

Fonte: adaptado de Banco Nacional de Desenvolvimento ([2015]).

A classificação dos grupos que podem se beneficiar do PRONAF, segundo o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), pode ser visualizada no quadro 1.

Levando em consideração a produção e a procura por financiamentos locais do município de Rio Grande, unidade de análise da pesquisa, segundo dados obtidos através da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio Grande do Sul (EMATER/RS-ASCAR), através do agrônomo responsável pela regional com sede na referida cidade, o município tem 972 propriedades com até 4 módulos fiscais, e destes 333 produtores buscaram e conseguiram financiamento via PRONAF no ano safra de 2014/2015, obtendo um montante até então de R\$ 5.960.817,10.

No município se percebe uma preferência com relação aos pedidos e entradas de projetos por linhas de crédito que são as linhas via Custeio e Investimento (Mais Alimento), atingindo assim mais de 90% da obtenção de créditos liberados, mas também buscam crédito por outras linhas com menor interesse dos produtores, como PRONAF Mulher, Jovem, Agroecologia e Eco, além de outras, conforme definido no quadro 2.

Quadro 2 – Identificação das principais linhas de financiamento do PRONAF em Rio Grande/RS.

PRONAF Custeio	Destina-se ao financiamento das atividades agropecuárias e de beneficiamento ou industrialização e comercialização de produção própria ou de terceiros enquadrados no PRONAF.
PRONAF Mais Alimentos - Investimento	Destinado ao financiamento da implantação, ampliação ou modernização da infraestrutura de produção e serviços, agropecuários ou não agropecuários, no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas.
PRONAF Agroecologia	Linha para o financiamento de investimentos dos sistemas de produção agroecológicos ou orgânicos, incluindo-se os custos relativos à implantação e manutenção do empreendimento.
PRONAF Eco	Linha para o financiamento de investimentos em técnicas que minimizam o impacto da atividade rural ao meio ambiente, bem como permitam ao agricultor melhor convívio com o bioma em que sua propriedade está inserida.
PRONAF Mulher	Linha para o financiamento de investimentos de propostas de crédito da mulher agricultora.
PRONAF Jovem	Financiamento de investimentos de propostas de crédito de jovens agricultores e agricultoras.
PRONAF Custeio e Comercialização de Agroindústrias Familiares	Destinada aos agricultores e suas cooperativas ou associações para que financiem as necessidades de custeio do beneficiamento e industrialização da produção própria e/ou de terceiros.

Fonte: adaptado de BRASIL (2015).

Observa-se que este interesse pouco significativo por outras linhas de financiamentos do PRONAF, está relacionado com a análise mencionada por Brose (1999), quando identificou que os produtores não têm muitas informações sobre os financiamentos, visto que os produtores no município de Rio Grande também têm que procurar auxílio de associações ou setores estatais como a EMATER para orientá-los nos financiamentos.

Torna-se necessário refletir inicialmente sobre a agricultura familiar e suas características de trabalho e produção. É sabido que essas pessoas trabalham diariamente em tempo integral e praticamente não cessam suas atividades produtivas, pois tem consciência que do seu esforço dependem muitas pessoas, tanto na parte econômica quanto na parte nutricional da população, via produção de alimentos. É importante também pensar sobre as políticas criadas para o desenvolvimento, manutenção e aprimoramento do sistema produtivo deste grupo.

Observar e entender essa realidade deveriam ser condições fundamentais e elemento básico para todos os gestores e criadores das políticas públicas da nação. Contudo percebemos que não é, ou pelo menos, não era assim no Brasil, até a criação do PRONAF.

Por muito tempo a agricultura familiar foi relegada a um plano secundário, pelo Estado, em virtude de um processo mundializado de desenvolvimento das atividades produtivas agrícolas que privilegiavam as grandes propriedades com incentivos à modernização e ao desenvolvimento tecnológico, buscando altos níveis de produção que alavancariam a economia do país. Contudo, a pequena propriedade de caráter familiar tinha que disputar espaço pela atenção dos governantes em um cenário completamente vantajoso para os grupos produtivos direcionados para produções em larga escala, deixando para trás a produção familiar.

Esta situação começa a mudar com as novas políticas que chegam com o intuito de colocar a agricultura familiar como outro protagonista de um sistema que vem para tentar desenvolver também essa porção produtiva da agricultura.

O PRONAF se apresenta com uma proposta de diversificação do sistema de créditos que possibilita a todos os agricultores a aquisição de valores que venham melhorar a situação produtiva.

Percebemos após a verificação de vários argumentos e identificação de como o sistema se dá e, mesmo como alguns pensadores apresentam argumentos contra esse programa, nunca houve tanto interesse e, em segunda instância, tanto crédito para os pequenos produtores como na atualidade. Ainda que este montante de incentivos de crédito seja ainda mínimo ou quase insignificante se comparado aos investimentos para as produções monocultoras que visam o mercado externo, ou seja, segundo o Plano Agrícola e Pecuário 2014/2015, foram disponibilizados R\$ 156,1 bilhões para o financiamento da agricultura empresarial, enquanto para agricultura familiar foram disponibilizados R\$ 24,1 bilhões, divididos em diversos sistemas de crédito, entre eles o PRONAF.

1.1 PROBLEMA

Entender a dinâmica produtiva da agricultura como um todo não é tarefa fácil, visto que o sistema é de grande complexidade e muito variável. Valores econômicos produtivos mutáveis (quase que diariamente), sistemas produtivos que precisam se adaptar à realidade legal vigente, tecnologias mecânicas, químicas e geográficas que possibilitem uma maior precisão na produção e nas futuras decisões produtivas, além de toda a variação climática que rapidamente pode alterar a produtividade.

Consideramos então todos estes fatores agravados por um espaço de produção de pequena área, por uma mão de obra de base familiar, sem ou com pouca adição de trabalhadores externos, e com baixa lucratividade. Esta é a realidade dos agricultores familiares que buscam com muita dificuldade a sua sobrevivência dentro de um setor produtivo que movimenta uma parcela significativa da economia nacional, mas tem um reconhecimento limitado dentro da visão política administrativa do país.

As políticas públicas tentam estabelecer uma relação de aproximação entre o poder público e o produtor rural, criando maneiras de apoiar, manter e tentar impulsionar a evolução do setor primário, fazendo com que o mesmo continue funcionando com os incentivos administrativos e econômicos que são disponibilizados pelo sistema governamental.

Dentre as várias possibilidades de apoio aos produtores já conhecidas, das ordens administrativas e econômicas (EMBRAPA, EMATER, secretarias municipais de agricultura e pecuária, Ministérios da Agricultura, da Reforma Agrária, INCRA e todos os projetos que movimentam este setor), pode-se citar o PRONAF como um dos mais importantes instrumentos de apoio e auxílio econômico aos produtores familiares.

Entender como funciona o PRONAF, e como ele é captado e utilizado pelos agricultores familiares do município de Rio Grande/RS é um dos objetivos deste trabalho, que busca também, identificar as localidades das propriedades e os produtos com maior valor de produção na região analisada.

Outra problemática que se buscou identificar é se o Programa está sendo utilizado com o intuito e com as pretensões do que rege o seu texto ou se, de certa forma, está sendo adquirido para sanar outras situações familiares fora dos ideários produtivos.

Seguindo a lógica da problematização, é de grande relevância o entendimento de alguns conceitos para nortear o entendimento das questões propostas, tendo como premissas as definições de Rural, Agrícola, Agrário, Agricultura Familiar e Políticas Públicas.

Ao identificar a problemática, fica claro que o trabalho das políticas públicas na tentativa de manter o funcionamento do primeiro setor produtivo, em especial a sua porção do espaço onde predominam as pequenas unidades produtivas, é de grande importância, assim como a contínua e infinita tentativa dos agricultores familiares de continuar existindo e se mantendo como agentes singulares e produtivos do sistema econômico nacional.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Esta pesquisa tem como objetivo central apresentar uma discussão sobre a dinâmica funcional das políticas públicas para a agricultura familiar, tendo como elemento principal o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, buscando compreender como este programa contribui efetivamente para a evolução, manutenção e produção das propriedades agrícolas de base familiar do município de Rio Grande/RS.

1.2.2 Objetivos específicos

- a) Entender a utilização das políticas públicas, em especial o PRONAF, como instrumento de apoio econômico aos agricultores familiares do município de Rio Grande/RS.
- b) Analisar a evolução histórica do município de Rio Grande/RS, a partir da produção agrícola local (entendida dentro de um cenário nacional), buscando entender sua dinâmica de desenvolvimento, percebendo sua caminhada evolutiva até o momento estrutural atual.
- c) Observar o caminho trilhado pela agricultura nacional e as formas de apoio criadas pelos governos para fomentar estes atores agrícolas (de produção familiar) de posicionamento geográfico distinto (Rio Grande).
- d) Abordar também a evolução através de mudanças políticas destes aportes disponibilizados pelo Estado para a agricultura familiar, com ênfase no PRONAF.

1.3 JUSTIFICATIVA

Como entender essa cena política e econômica agrária, que se apresenta muitas vezes de forma lenta e outras vezes de forma equivocada, há muito tempo na nossa sociedade? Como não tentar entender um grupo que representa uma parcela de um dos setores produtivos mais importantes da nação e que representa a produção de grande parte da alimentação (que é uma das maiores riquezas nacionais), e que se apresenta cada vez mais pobre. Com seus braços produtores sem assistência e depreciados pelos sistemas políticos (cada vez mais fragilizado), e à mercê de oportunistas privados que os exploram cotidianamente, retirando por vezes o seu bem maior, a terra e o produto fruto do seu trabalho.

As indagações inicialmente surgiram ao observar a realidade econômica do município de Rio Grande/RS, que no ano de 2012² estava recebendo incentivos para a contínua modernização do sistema naval e de metalurgia com base na exploração do petróleo no território brasileiro e ao observar também a precariedade e a dificuldade com que se mantinha o sistema agrícola produtivo municipal.

Com a leitura de *Os pobres do campo*, de Eugênio Giovenardi, outras tantas questões aparecem instigando cada vez mais as relações estabelecidas pelo sistema agrícola produtivo e o sistema financeiro. Essas me instigaram a buscar as possibilidades oferecidas pelo sistema governamental federal, estadual e municipal para tentar ajudar estes trabalhadores, para que não abandonem por completo suas atividades produtivas, mantendo assim o sistema agrícola familiar funcionando e se desenvolvendo no município.

No capítulo intitulado *A pobreza globalizada*, Eugênio Giovenardi questiona por que a situação da pobreza do campo é tão latente e tão difícil de diminuir:

² No ano de 2012, retornei à cidade do Rio Grande, após ter ficado fora por 13 anos residindo em Caxias do Sul e participado tanto da vida urbana (via processo produtivo industrial), quanto da vida rural (via qualificação acadêmica). Ao retornar não percebi o mesmo interesse desenvolvimentista dos produtores agrícolas, como os que se faziam presente na região do planalto meridional.

Por que há pobreza no campo? Por que uma grande parte dos agricultores dos países da América Latina e quase três milhões de famílias rurais, no Brasil, ainda são pobres? Quais as causas estruturais da pobreza rural que, em vez de diminuir, tem dado sinais de crescimento? Como se manifesta a estrutura da pobreza? Por que se inventaram tantas qualificações aos produtores rurais: micro, mini, pequenos, médios, ajudando-os ou humilhando-os com programas especiais de crédito de assistência, cujos resultados ficam muito aquém do que se espera?

Por que fracassam muitos programas de desenvolvimento rural mesmo apoiados durante dezenas de anos pela cooperação internacional? Por que o agricultor é capaz de gerar um produto de valor e não consegue retê-lo para capitalizar sua propriedade? (GIOVENARDI, 2003, p. 15 -16).

As dúvidas sobre as questões de produção agrícola familiar do município de Rio Grande e de como os agricultores conseguem se manter produzindo ficam mais instigantes ao perceber a imensa dificuldade que a agricultura nacional de base familiar enfrenta cotidianamente.

Percebemos que o agricultor, como afirma Giovenardi (2003, p. 16), “é pobre por que produz”, visto que o mesmo produto que é plantado fora do seu espaço produtivo ganha considerável valor, valor esse que não é o mesmo dentro da área de produção. Neste contexto, o agricultor tem o trabalho de semear, cultivar, cuidar e colher, já o lucro acaba ficando com quem comercializa a produção, ou seja, o lucro fica com pessoas que utilizam o produto simplesmente como moeda de troca e valorização do seu capital, quando investido na aquisição dos produtos diretamente nas propriedades e transformando em mercadoria, apenas repassando o fruto do trabalho agrícola de um grupo de pessoas que formam uma unidade produtiva e familiar.

Hoje se percebe a urgência em combater a miséria rural e temos também a necessidade de reorganizar os recursos dos produtores familiares, pois deles depende parte significativa da alimentação disponível no mercado interno nacional.

Segundo a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), em documento divulgado em 16 de outubro de 2014, em Roma, se realmente estamos pensando em combater a fome no mundo, precisaríamos dar melhores condições aos agricultores familiares, pois este grupo contribui com aproximadamente 80% de todos os alimentos produzidos do mundo.

Nove em cada dez das 570 milhões de propriedades agrícolas no mundo são geridas por famílias, fazendo com que a agricultura familiar seja a forma mais predominante de agricultura e, conseqüentemente, um potencial e crucial agente de mudança para alcançar a segurança alimentar sustentável e a erradicação da fome no futuro. Os dados fazem parte do novo relatório das Nações Unidas divulgado hoje.

A agricultura familiar produz cerca de 80% dos alimentos no mundo. A prevalência e a produção significam que "são vitais para a solução do problema da fome", que atinge mais de 800 milhões de pessoas, escreveu o Diretor-Geral da FAO, José Graziano da Silva, na introdução do novo relatório da FAO de 2014 sobre o Estado da Alimentação e da Agricultura (SOFA 2014). (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA, [2015]).

Não só pelo fato de se ter o maior número de propriedades ou até mesmo de volume de produção alimentar, mas é de conhecimento geral e de confirmação oficial que os agricultores familiares têm em seu poder o conhecimento prático e cultural das áreas que atuam, mantendo os recursos naturais vivos, mesmo os agricultores estando em situações mais expostas às dificuldades extra-produção. Isto também ficou claro no relatório da FAO citado anteriormente, cujo texto diz:

A agricultura familiar é também guardiã de cerca de 75% de todos os recursos agrícolas do mundo e, portanto, é fundamental para a melhoria da sustentabilidade ecológica e dos recursos. Estão também entre os mais vulneráveis às conseqüências do esgotamento dos recursos e às alterações climáticas. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA, [2015]).

O cuidado e a comunhão com o espaço natural em que se vive são de fundamental importância para a sobrevivência de nossas culturas agrícolas tradicionais e para manter sempre ativas estas culturas, muitos elementos se fazem necessários: vontade política, vontade dos grupos agrícolas locais, reconhecimento social e cultural dos manejos e métodos produtivos locais, além de todo o conhecimento adquirido pelo avanço das gerações.

Um importante elemento que vem atuando como agente na luta pela continuidade destes saberes são as Organizações Não-Governamentais (ONGs), que estão atuando na manutenção e desenvolvimento das pequenas produções, fazendo com que exista uma nova motivação para que o sistema continue existindo. Miguel Altieri lembra que as ONGs, podem motivar ainda mais, pois além de atuarem na manutenção do sistema, atuam também nas ações através de programas governamentais de desenvolvimento rural:

O trabalho das ONGs está inspirado na crença de que a pesquisa e o desenvolvimento agrícola devem operar baseados em uma abordagem “de Baixo para cima” utilizando os recursos já disponíveis: a população Local, suas necessidades e aspirações, seu conhecimento agrícola e recursos naturais autóctones. (ALTIERI, 2004, p. 33).

A participação de agricultores locais nas ações destas organizações é de vital importância, pois só assim os saberes locais poderão ser compartilhados e acumulados, permanecendo e reforçando a idéia de que sempre se produz mais a partir da utilização dos conhecimentos e saberes do lugar.

E sobre os programas de desenvolvimento rural e as ONGs, Altieri (2004, p. 33) lembra:

algumas ONGs envolvidas em programas de desenvolvimento rural (PDR) demonstram uma capacidade única de compreender a natureza específica e diferenciada da pequena produção, promovendo experiências bem-sucedidas na geração e transferência de tecnologias camponesas.

Para que toda essa engrenagem da manutenção do sistema produtivo de base familiar continue funcionando, sem que nenhum inconveniente atinja o sistema, forçando o seu desaparecimento, é que os planos governamentais precisam funcionar e atuar de forma mais ativa e em conformidade com as realidades produtivas do país.

Diante do exposto, esta pesquisa busca entender como o sistema público, em especial o federal, está tratando a questão da agricultura familiar e quais são as principais políticas públicas apresentadas a este setor de produção.

Entende-se que esta dissertação poderá cumprir seu papel como instrumento esclarecedor, tanto no ambiente acadêmico como na sociedade em geral. Com essa análise sobre as políticas públicas, pretende-se entender que, quando bem organizadas e aplicadas, podem contribuir sem gerar nenhum dano ou prejuízo à sociedade, no desenvolvimento de um setor que, em muitos momentos, parece abandonado e desdenhado pelo sistema público e privado atual.

1.4 METODOLOGIA

A reflexão proposta nesta pesquisa tem como elemento central a relação existente entre uma parcela do sistema político administrativo-financeiro da federação (as políticas públicas para a agricultura familiar) e uma parcela das atividades produtivas, que buscam de todas as formas uma continuidade ativa dentro do sistema produtivo nacional. Neste contexto observa a complexa relação do agricultor familiar com o crédito disponibilizado, as características de uso e o real aproveitamento do recurso financeiro para as melhorias pleiteadas no projeto de financiamento.

Perceber a evolução cognitiva faz-se necessário para buscar novas formas de entender a realidade atual que está em franco desenvolvimento. Encontrar possibilidades para desvendar e interpretar características levantadas neste trabalho, que busca compreender a dinâmica e as interações entre os sistemas de financiamento disponibilizados através de políticas públicas (como o PRONAF) e os agricultores familiares não foi simples. Os elementos, fruto da pesquisa realizada neste trabalho, perpassam os fundamentos teóricos puros e geohumanos plenos, pois analisar políticas públicas feitas com todo aparato jurídico e depois compreender realidades humanas completamente providas de situações singulares (de produção e outras particulares) e de fatos que completam a pesquisa e ainda conhecer informações (extras), além interesse acadêmico, mas muito interessantes se levarmos em consideração as reais condições locais e as relações sociais.

Buscar um método científico adequado para estudar o que é entendido, mais como um trabalho de colaboração aos avanços das pesquisas agrárias da academia e um serviço social, do que como um avanço para a agricultura municipal, não é fácil, visto que, envolver-se com o objeto de estudo central, sempre foi um dos grandes problemas dos pesquisadores das Ciências Humanas e Sociais.

A pesquisa se identifica como um produto de investigação e de reflexão sobre o tema proposto e os dados levantados em campo, se colocando em uma condição de trabalho de cunho científico social, pois entende que as informações levantadas são de grande relevância, pois o acesso às políticas públicas (com ênfase no

PRONAF) e como as mesmas chegam e são utilizadas pelos agricultores familiares, parcela menos favorecida na hierarquia produtiva agrícola local, foi o que se obteve após a finalização parcial deste trabalho.

O pesquisador inicialmente tenta resolver o seu problema, busca dados, analisa, interpreta, tenta compreender, busca encontrar uma conexão com o cenário contemporâneo e com a sociedade em geral, encontra argumentos relacionando a cultura e o tempo histórico. Concomitante a isso tenta se afastar sentimentalmente do seu objeto de estudo, pois como as Ciências (Exatas, em especial) rezam, o sentido científico do conhecimento precisa ser sempre por ordem explicativa e não compreensiva como querem os autores das Ciências Humanas e Sociais, onde no início do pensamento chegarão a ser chamados de Ciências do Espírito. Contudo, é sempre necessário entender de fato qual é o seu sentido dentro do sistema maior e assim a pesquisa seguirá gerando o conhecimento pleno, que é seu sentido final.

Como lembra Bruyne, sobre metodologia:

a metodologia deve ajudar a explicar não apenas os produtos da investigação científica, mas principalmente seu próprio processo, pois suas exigências não são de submissão estrita a procedimentos rígidos, mas antes da fecundidade na produção dos resultados. Bruyne (1991, p. 29).

A presente dissertação busca trabalhar seu método de forma quanti-qualitativa, visto que entende que a forma quantitativa considera que tudo pode ser medido e apresentado em números utilizando técnicas estatísticas. A forma qualitativa é vista como a que gera uma análise e interpretação mais flexível dos dados coletados, pois o ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o elemento fundamental já que esta forma é descritiva. Dentro disso a pesquisa se utilizará de técnicas exploratórias quantitativas e análises descritivas qualitativas. Segundo Silva e Meneses:

a pesquisa descritiva visa descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Envolve o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados: questionário e observação sistemática. Assume, em geral, a forma de levantamento. Silva e Meneses (2000, p. 21)

A partir deste entendimento, a pesquisa desenvolveu-se por três linhas de bases lógicas de investigação: o primeiro: revisão dos principais conceitos a partir de visões clássicas e contemporâneas, através de revisão de literatura; o segundo, a partir da construção de um instrumento de coleta de dados e informações, destinados à aplicação junto aos agricultores familiares, além da coleta de dados junto a outros atores que completam a cena de relações proposta pelo trabalho (a técnica – EMATER e o agente financeiro – Banco do Brasil); e o terceiro inclui a análise, interpretação, compreensão e conclusão da proposta de pesquisa.

Para elaboração do instrumento de coleta de dados, com formato de questionário, fez-se uso do método indutivo, pois este método se relaciona com o empirismo. Para tanto, foram elaboradas questões referentes à utilização de políticas públicas disponibilizadas pelos sistemas públicos, tendo como programa referencial o PRONAF (política pública disponibilizada pelo sistema público federal e integrada aos elementos facilitadores, mantenedores e gerenciadores³ da distribuição deste programa aos reais interessados tanto na ordem estadual como municipal).

Segundo dados obtidos na EMATER, existem no município aproximadamente 972 famílias de agricultores com até 4 módulos fiscais que estão aptos a utilizarem deste sistema de financiamento público, como o PRONAF, no ano agrícola de 2014/2015. Com isso a pesquisa considerou relevante o número de 30 (trinta) entrevistas, compreendendo uma porcentagem de 10% da população que adquiriu o financiamento de uma determinada área informada e orientada pelo principal agente financeiro que disponibiliza o crédito público, ou seja, aproximadamente 30 famílias dos agricultores familiares de um montante de 300, como informado pelo banco.

Estes questionários foram aplicados, em forma de amostragem, visto que a totalidade dos agricultores familiares que se cadastraram com a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), para possíveis financiamentos no município no ano de 2014/2015 chegou a 3.040 declarações, pois no município estão relacionados e

³ Facilitadores, mantenedores ou gerenciadores da distribuição deste programa, citado aqui, são os estabelecimentos estatais (escritórios, secretarias) e sindicatos ou ONGs.

aptos para a captação do financiamento, via PRONAF, também os pescadores artesanais, de acordo com informações da EMATER/RS – ASCAR.

Os questionários foram aplicados aos agricultores cadastrados no município de Rio Grande e somente foram entrevistados os agricultores pertencentes à área de estudos que foi previamente identificada como as localidades mais significativas quando se trata de pedidos e aquisições do crédito do financiamento. Os agricultores familiares entrevistados pertencem à área de abrangência do Banco do Brasil da agência da vila da Quinta, agência essa que é responsável por uma parcela considerável e significativa dos financiamentos liberados pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, e agricultores familiares indicados pela EMATER, que é a principal fornecedora da Declaração de Aptidão ao PRONAF no município.

Além da aplicação do questionário, com vistas à qualificação das informações para a pesquisa, a análise dos dados e a compreensão das informações coletadas, também foram abordados os conceitos principais sobre o tema “agricultura familiar e políticas públicas”, a partir de revisão dos principais teóricos clássicos e contemporâneos, usando o método dialético materialista⁴, visto que o processo de entendimento das ações das políticas públicas sobre a realidade da agricultura familiar não é um fato ou um complexo de atos acabado. Busca-se com isso uma fundamentação teórica sobre as principais discussões da temática a ser dissertada, utilizando além das teorias, o confronto dos próprios dados da pesquisa de campo como argumentos para entender a realidade.

Ainda foi realizada uma revisão histórica da agricultura brasileira e da evolução da agricultura no município de Rio Grande, como elemento introdutório da pesquisa, onde foram abordadas também as características físico-geográficas do local. Para concretizar esta meta foi utilizado o método racionalista, pois através deste, é possível compreender que a realidade física coincide com o pensamento, podendo ser quantificada (equacionada) e posteriormente, e se necessário, qualificá-la.

⁴ A dialética só se torna método científico a partir de Karl Marx, que critica o idealismo da filosofia clássica alemã e propõe a dialética materialista, ou seja, a utilização do pensamento dialético como método de análise da realidade, utilizando a própria realidade como argumento.

Como este capítulo se concretizou por meio de revisão bibliográfica histórica, as observações são incontestáveis ou imutáveis em virtude de se darem por fatos comentados pela evolução de tempos diferenciados. Este método foi proposto pelos racionalistas, entre eles Descartes, Spinoza e Leibniz e segundo Prodanov e Freitas (2013, p. 27), os racionalistas acreditavam que “só a razão é capaz de levar ao conhecimento verdadeiro.”

Partindo da concepção de que o método é um caminho que se define para que se consiga chegar a um fim que é a conclusão ou a um reconhecimento de andamento do problema apresentado pela pesquisa e que isso é um dos princípios científicos para que se busque o conhecimento. Entende-se que as linhas metodológicas pensadas para cada etapa do desenrolar da pesquisa estão de acordo com a proposta analítica do trabalho.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A questão agrária é compreendida na Geografia como uma área de análise que está contida no conjunto de temas para as análises e discussões do sistema produtivo capitalista, e estas linhas de estudos só foram desenvolvidas no Brasil pós anos 1960 com a criação da Geografia Crítica.

Importantes pensadores contribuíram com suas pesquisas para a compreensão inicial deste tema, entre eles: Inácio Rangel, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Caio Prado Jr., entre tantos outros que contribuíram para a composição do entendimento do cenário nacional agrário. É sabido que alguns críticos e estudiosos dos autores citados acreditem que os enfoques balizadores das pesquisas tenham tendências e linhas mais voltadas para a Sociologia do que propriamente para a Geografia.

Na tentativa de aproximar mais da Geografia os estudos agrários, buscamos nesta dissertação uma análise sobre o entendimento das políticas públicas que tem o objetivo de favorecer e desenvolver o setor agrário. O setor produtivo fundamental, contudo não serão enfatizados os sistemas produtivos mais avançados, e sim o espaço e a produção familiar e os investimentos cedidos pelo Estado a este grupo, com o enfoque máximo na atuação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) no município de Rio Grande - RS.

Nortear os estudos e o entendimento geral do tema proposto, identificar e, por vezes, diferenciar os principais conceitos relacionados à agricultura familiar é fundamental para o desenvolvimento da pesquisa. Para tanto, é necessário entender e refletir sobre os conceitos para que o entendimento seja pleno quando utilizados no contexto da discussão proposta nesta pesquisa. A distinção dos conceitos se dará, portanto, pelo reconhecimento de diferentes linhas de pensamentos sobre cada um.

Nada mais coerente no desenvolvimento da pesquisa que se estabeleça o início da revisão teórica por um dos pilares da discussão, o conceito de políticas

públicas. Mas para isso é preciso reconhecer os reais motivos de se criar uma política voltada a este setor. Para tanto é de grande valia entender a evolução e desenvolvimento da agropecuária. Esta foi uma das primeiras grandes atividades do homem na sua transição entre a selvageria e a barbárie. A domesticação dos vegetais e animais tiveram grande relevância na evolução da humanidade, visto que a partir de então as sociedades passaram a tomar forma, com as pessoas se alojando em pequenas aldeias chamadas de proto-cidades (ainda no nosso período nômade, entre o período neolítico e o paleolítico) e a partir deste princípio de concretização das instalações surge o sedentarismo (via aumento da produção). Com a evolução contínua se percebe a divisão em alguns momentos distintos identificados como revoluções.

Na fase inicial da evolução agrícola que data do período neolítico, as melhorias são lentas, pois partem das condições intuitivas e de observação das condições naturais como estações do ano, tipos de cultivos, não utilização de ferramentas apropriadas, entre outros. Esta fase dura até a reconhecida fase da Revolução Agrícola no século XVIII, quando a melhoria das técnicas se torna fundamental ao aumento da produtividade (ferramentas e o princípio da mecanização, mesmo que rudimentar). Em um segundo momento da Revolução Agrícola que acontece entre o século XIX e XX, os avanços científicos e a mecanização regem as linhas de produção e após a segunda Grande Guerra o sistema agrário passa a receber pacotes tecnológicos que colocam o sistema em uma terceira fase evolutiva reconhecida como Revolução Verde.

Segundo Locatel e Hespanhol (2009, p. 118),

A Revolução Verde representou um grande salto no desenvolvimento tecnológico da agropecuária, com a criação e incorporação de técnicas, como os cultivos hidropônicos, a engenharia genética, a biotecnologia, que resultasse um processo de convergência tecnológica.

Os autores prosseguem afirmando que “os avanços tecnológicos desta fase atual da agricultura cada vez mais distanciam o agrícola do rural.” (LOCATEL; HESPANHOL, 2009, p. 118).

O termo agrícola aqui fica identificado como uma atividade relacionada ao campo, contudo com a evolução já aplicada, ou seja, a utilização de técnicas aplicadas ao cultivo. O entendimento do conceito de agrícola ou de sistema agrícola sempre esteve ligado à produção, isso se identifica desde o aparecimento de termos relacionados com o termo citado, como no código civil francês ainda em 1804, que cita o ideário de agricultor, que logo se relaciona com o termo agrícola, quando se fala das práticas produtivas livres deste agricultor. E o conceito de sistema agrícola se identifica até hoje, como o citado por Hirakuri, Debiasi, Procópio, Franchini e Castro (2012, p. 19):

o sistema agrícola refere-se à organização regional dos diversos sistemas de produção vegetal e/ou animal, que considera as peculiaridades e similaridades desses diferentes sistemas. Essa organização deve permitir a construção de modelos e arranjos produtivos que descrevam da forma mais acurada possível, os sistemas de produção predominantes na região.

Já o rural é colocado com uma conotação mais rudimentar do processo produtivo da agricultura. A definição do conceito de rural, que no primeiro momento nos parece simplista e direta, nos remete a uma longa discussão a partir dos termos que se desmembram e surgem da mesma. Osório e Siqueira (2001, p. 67-79) afirmam a complexidade do entendimento dos desdobramentos do entendimento do conceito de rural dizendo,

A base do conceito é a dimensão econômica, o rural se caracteriza por um determinado tipo de atividade: a produção de alimentos através da criação de plantas e animais. As estas atividades econômicas estão vinculadas todos os outros traços que caracterizaram o rural, como a diferença ambiental, já que no rural o contato com a natureza é direto e constante, e a própria atividade econômica que lhe é peculiar é realizada ao ar livre.

Não podemos esquecer que a questão de modernização da agricultura depende muito da interpretação, pois é facilmente discutida por duas linhas distintas: uma que trata a modernização como a melhoria das técnicas e tecnologias (equipamentos), deixando-a mais mecanizada; e a outra que trata a modernização não apenas pela melhoria física (maquinário), mas também com uma melhoria das relações sociais de trabalho e produção, ou seja, uma visão capitalista da produção.

No Brasil, a modernização e a diversificação da produção na agricultura se dão após a segunda Grande Guerra, mais efetivamente no final dos anos de 1940 e

início de 1950, já que o sistema nacional era entendido apenas por ciclos de produção como o do café e o da cana-de-açúcar. Somente no final dos anos 1960 é que a modernização inicia com recursos nacionais, pois antes disso os equipamentos eram importados e após esta fase as indústrias iniciam suas produções de ferramentas, tratores e insumos voltadas ao mercado agrícola interno.

Segundo dados do censo agrícola e agropecuário entre 1960 e 1975, a utilização de elementos que identificam a modernização da agricultura e em especial a atuação da Revolução Verde foi muito significativa, apresentando como exemplo o aumento do número de tratores no Brasil entre 1960 que era de 61.338 unidades registradas, para em 1975 que já contávamos com 323.113 unidades de tratores nas propriedades (IBGE, 1960, 1975). Graziano Neto (ano 1985, p.34) apresenta ainda os dados da utilização de fertilizantes e agrotóxicos dizendo que: “entre 1965 e 1975 o consumo de fertilizantes cresceu a taxa média de 60% ao ano, enquanto os agrotóxicos cresceram numa média anual de 25%”.

É sabido que no início do governo militar muitos movimentos econômicos demoraram a se desenvolver, não conseguiram continuar a se desenvolver como vinham se desenvolvendo anteriormente, visto que um novo sistema governamental estava se colocando no poder.

Com a industrialização do Brasil se desenvolvendo de maneira muito mais organizada e rápida, já era de se esperar que o setor agrário sofresse alguma pressão para aumentar sua capacidade produtiva de alimentos para uma população urbana que só crescia e matéria-prima para uma indústria sedenta por desenvolvimento e superprodução. Neste momento, os investimentos internacionais fazem a modernização acontecer e também mostram uma divisão clara entre grandes latifundiários e pequenos produtores. Segundo Teixeira (2005), o processo produtivo inicia com um problema que de certa forma poderia ser resolvido na origem, mas como o poder no país é concentrador.

Nota-se, porém, que o maior entrave para o desenvolvimento estava na estrutura fundiária, com as propriedades altamente concentradas nas mãos de uma minoria e pela grande quantidade de terras improdutivas. O caminho de uma reforma agrária, com melhor distribuição de terras, talvez estivesse contribuído muito mais para combater o problema de falta de alimentos e de matérias-primas para as indústrias. (TEIXEIRA, 2005, p. 26).

Nos anos de 1970, a condição agrícola entra de fato no processo de modernização e passa a atender as necessidades da indústria e dos mercados maiores (exportação). Teixeira (2005, p. 28) vê este momento da seguinte forma:

O quadro que se forma no campo brasileiro é de uma estrutura fundiária altamente pautada na concentração de terras nas mãos de uma minoria, com a produção voltada para a exportação e para servir como matéria-prima as indústrias, com crescente diminuição na produção de alimentos para o mercado interno e marginalização dos pequenos produtores rurais.

O autor demonstra que neste cenário vamos encontrar diversos momentos em que os conflitos sociais vão se intensificando. Nas áreas urbanas, com o aumento do êxodo rural, passa-se a enfrentar a falta de moradias, desemprego, miséria e, conseqüentemente, o aumento da violência; já na área rural, os trabalhadores que passam a ser expulsos pela modernização, formam grandes massas populacionais que se deslocam para as cidades e para outras regiões produtivas, em especial para as novas fronteiras agrícolas.

Já nos anos 1980, a economia brasileira passa por uma grande crise, e este período econômico fica conhecido historicamente como década perdida. Mesmo assim o sistema de produção agrícola continua com um leve crescimento que ficou na casa de 3,2% segundo Resende e Goldin (1993), ficando apenas um pouco abaixo das taxas médias de crescimento dos anos 1970. O setor mais afetado neste momento de crise dos anos 1980 foi o de crédito rural, pois a mesma atinge especialmente os menores produtores que ficam impossibilitados de melhorar e modernizar suas produções.

Este momento crítico de investimento e de financiamentos via crédito rural só se modifica na mudança de década. No início dos anos de 1990, o sistema de produção com base na agricultura familiar passa a ser efetivamente reconhecido pelo Estado e recebe uma atenção maior com as novas iniciativas de políticas públicas voltadas para este segmento do setor agrário nacional.

Para muitos, políticas públicas nada mais são do que leis e regras sociais que tem o intuito de manter a ordem e tentar, de alguma maneira, facilitar e/ou ajudar a vida da sociedade. Contudo, políticas públicas são muito mais do que interpretações

simplistas. É de grande importância entender o verdadeiro peso social que esta frase (políticas públicas) carrega.

Teixeira (2002), diz que, políticas públicas são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre o poder público e a sociedade; mediação entre atores da sociedade e do Estado.

As políticas públicas de certa forma na sua construção, elaboração e desenvolvimento mostram qual o caminho pretendido pelo sistema governamental vigente, pois demonstram com isso a força e o entendimento de poder, entendimento este que perpassa ações que deveriam ser simples ou que não deveriam passar de mero procedimento de rotina, como: distribuição de cargos, tomada de decisões, definição sobre qual o papel social nas tomadas de decisões e identificação se esse papel é conflitante com o desenrolar do processo. Nesse sentido cabe então diferenciar o que são políticas públicas, de políticas de governo, já que para cada uma teremos um sentido de trabalho e atuação na sociedade. Teixeira (2002, p. 2) continua dizendo:

O poder é uma relação social que envolve vários atores com projetos e interesses diferenciados e até contraditórios, há necessidades de mediações sociais e institucionais, para que se possa obter um mínimo de consenso, e assim, as políticas públicas possam ser legitimadas e obter eficácia.

As políticas públicas buscam como objetivo máximo corresponder às demandas da sociedade e, em especial, das porções mais marginalizadas, digo, mais expostas a infortúnios. Outras buscam ampliar e ativar os direitos das populações, ou então visam o desenvolvimento social pleno com ampliação de possibilidades que geram mais trabalho e renda, ou criando sistemas que possam ampliar e facilitar o sistema de crédito que em muitos casos ajuda e muito a estabilizar as questões econômicas da sociedade como um todo.

No caso do sistema agrário, o cenário se divide geralmente como identificado no início deste capítulo, em grandes produtores (latifundiários) e pequenos produtores familiares (minifundiários). Contudo, as políticas públicas são distintas

para cada um dos grupos e para isso vamos nos deter nas políticas para os agricultores familiares.

Talvez o grande problema dos agricultores familiares seja que por muito tempo foram explorados e não reconhecidos no processo produtivo agrícola brasileiro, e como é inevitável, isso deixa muitas lacunas no decorrer do seu desenvolvimento. A agricultura familiar enfrenta também muitas dificuldades para a sua plena sustentabilidade e manutenção, tanto na ordem física (territórios, áreas de produção e tecnologias), como na ordem econômica (investimentos e ajustes financeiros), com isso é de grande importância que as políticas públicas se justifiquem sendo eficientes e voltadas (em grande parte) para esta porção do setor produtivo agrícola, pois políticas mais abrangentes, elásticas, tendem a facilitar a adesão e aproveitamento do agricultor com maior poder econômico e acesso a tecnologia dentro do processo, e por vezes dificultam a sua utilização pelo agricultor familiar com menores possibilidades.

Cabe ressaltar que, pelo processo histórico de desenvolvimento agrícola brasileiro, os principais problemas que se identifica e que geram a grande disparidade entre os dois principais modelos de produção agrícolas (latifúndios/minifúndios) são, para os minifúndios, a baixa capitalização (individual) em virtude da produtividade, poucos acessos a linhas de crédito oficiais, baixa tecnologia, pouca acessibilidade aos grandes mercados, dificuldades com a assistência técnica e grandes diferenças produtivas.

Muitas políticas se limitavam a uma visão conservadora e poucas mudanças significativas se apresentaram no cenário agrícola do país. Só com a Constituição de 1988, o país começa de fato a vislumbrar uma mudança que realmente pudesse ser significativa, em especial para a reforma agrária e para os sistemas produtivos menores. O governo passou a entender a agricultura e as questões agrárias não somente como um elemento econômico, mas também de grande importância governamental estratégica, e não apenas como questão social. Assim com o passar do tempo os sistemas governamentais percebem que era preciso viabilizar políticas que tentassem promover o desenvolvimento econômico e social dos agricultores familiares e os pequenos produtores rurais, mantendo-os no campo, diminuindo assim o êxodo rural e com isso contribuindo para o desenvolvimento regional.

Até o início dos anos 1990, não existia nenhuma política pública efetivamente voltada à agricultura familiar no país. Somente após muito se clamar via movimentos sociais rurais algumas atitudes governamentais se efetivaram, como a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em 2000. A partir de então, outro olhar sobre a agricultura familiar se discorre, sua reformulação de distribuição de incrementos que possibilitaram uma melhora significativa no que tange aos investimentos gerados pelo Estado a este grupo. Antes da criação e atuação do MDA, algumas ações governamentais já haviam apontado um caminho que seria necessário seguir. Em 1994, o governo cria o programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP), com o propósito de destinar um valor maior de crédito, com juros mais acessíveis aos pequenos produtores familiares. Em 1995 o PROVAP, foi reformado, dando origem ao PRONAF.

O PRONAF surge neste contexto de transformação e reconhecimento produtivo da propriedade familiar, surge como um elemento de reconhecimento do Estado sobre a produção familiar. Lançado entre 1995/96, o PRONAF é um programa que visa financiar via crédito e outros subsídios, projetos individuais e coletivos que possibilitem a geração de renda, em especial aos agricultores familiares e aos assentados da reforma agrária. Busca, também, atender aos povos e comunidades tradicionais, como indígenas, quilombolas e outros, que podem adquirir os financiamentos, com um sistema de taxa de juros diferenciados do sistema financeiro tradicional. Nunca é demais lembrar que, segundo o Decreto n.º 1.946/96 (decreto que cria o PRONAF), um dos objetivos mais relevantes do PRONAF é “melhorar a qualidade de vida no seguimento da agricultura familiar, mediante a promoção do desenvolvimento rural de forma sustentada, aumento da sua capacidade produtiva e abertura de novas oportunidades de emprego e renda”.

No artigo 2º do referido decreto, ficam definidas as diretrizes e os objetivos do governo com relação a este programa:

Art. 2º O PRONAF assenta-se na estratégia da parceria entre os Governos Municipal, Estadual e Federal, a iniciativa privada e os agricultores familiares e suas organizações.

§ 1º A aplicação de recursos do Governo Federal no PRONAF requer a adesão voluntária dos Estados, dos Municípios, da iniciativa privada e dos

agricultores familiares às normas operacionais do Programa e à efetivação de suas contrapartidas.

§ 2º As ações do Programa orientar-se-ão pelas seguintes diretrizes:

- a) melhorar a qualidade de vida no segmento da agricultura familiar, mediante promoção do desenvolvimento rural de forma sustentada, aumento de sua capacidade produtiva e abertura de novas oportunidades de emprego e renda,
- b) proporcionar o aprimoramento das tecnologias empregadas, mediante estímulos à pesquisa, desenvolvimento e difusão de técnicas adequadas à agricultura familiar, com vistas ao aumento da produtividade do trabalho agrícola, conjugado com a proteção do meio ambiente;
- c) fomentar o aprimoramento profissional do agricultor familiar, proporcionando-lhe novos padrões tecnológicos e gerenciais; Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996:
- d) adequar e implantar a infraestrutura física e social necessária ao melhor desempenho produtivo dos agricultores familiares, fortalecendo os serviços de apoio à implementação de seus projetos, à obtenção de financiamento em volume suficiente e oportuno dentro do calendário agrícola e o seu acesso e permanência no mercado, em condições competitivas;
- e) atuar em função das demandas estabelecidas nos níveis municipal, estadual e federal pelos agricultores familiares e suas organizações;
- f) agilizar os processos administrativos, de modo a permitir que os benefícios proporcionados pelo Programa sejam rapidamente absorvidos pelos agricultores familiares e suas organizações; Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996:
- g) buscar a participação dos agricultores familiares e de seus representantes nas decisões e iniciativas do Programa;
- h) promover parcerias entre os poderes públicos e o setor privado para o desenvolvimento das ações previstas, como forma de se obter apoio e fomentar processos autenticamente participativos e descentralizados;
- i) estimular e potencializar as experiências de desenvolvimento, que estejam sendo executadas pelos agricultores familiares e suas organizações, nas áreas de educação, formação, pesquisas e produção, entre outras. (BRASIL, 1996).

Contudo, buscando o entendimento das diretrizes do programa, se percebe no parágrafo 2 que a proposta do governo só nos mostra ideias de conforto e nos apresenta um programa com muita vontade de apoiar e investir no desenvolvimento da produção familiar.

Segundo as ordens legais a Lei nº. 11.326/06, tenta estabelecer os conceitos e princípios que moldarão e formularão as novas políticas públicas relacionadas à agricultura familiar e aos empreendimentos familiares rurais. O artigo 3º desta lei diz:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - Não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - Utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - Tenha renda familiar econômica do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; (Redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011)

IV - Dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. (BRASIL, 2006).

O parágrafo 2 prevê, ainda:

§ 2º São também beneficiários desta Lei:

I - silvicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo, cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes;

II - aquicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo e explorem reservatórios hídricos com superfície total de até 2ha (dois hectares) ou ocupem até 500m³ (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede;

III - extrativistas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput deste artigo e exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e faiscadores;

IV - pescadores que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos I, II, III e IV do caput deste artigo e exerçam a atividade pesqueira artesanalmente. (BRASIL, 2006).

Muitas mudanças aconteceram com o passar dos anos e com as mudanças de governos como, por exemplo: a) durante o governo Itamar Franco, a primeira tentativa de auxílio, via Ministério da Agricultura (MAPA) e, após 1993, Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); b) durante o governo Fernando Henrique Cardoso, o PRONAF é desvinculado do MAPA, pois é feita a transferência da Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR) para o MDA. Neste contexto, também foi criada a Secretaria da Agricultura Familiar (SAF), vinculada também ao MDA; c) com o governo Lula, outras mudanças surgem vinculadas ao PRONAF, pois este cria a Secretaria do Desenvolvimento Territorial (SDT), vinculada ao MDA. Esta secretaria teve como responsabilidades os financiamentos do PRONAF, infraestrutura e serviços municipais, com isso os projetos não tinham mais conotação produtiva municipal, mas sim o interesse de se beneficiar o desenvolvimento regional.

Estas modificações governamentais geraram, naturalmente, algumas transformações no processo de conclusão do programa, mas todas as mudanças foram de algum modo importante para que o PRONAF continuasse a procurar novas fórmulas para conseguir cumprir sua meta de se transformar em um programa que atingisse seus atores de forma integral, global. Por estes motivos, apresentados em leis e decretos federais, é que fica claro que mesmo com todo este período de evolução e passagens de novos poderes governamentais, o PRONAF ainda é a

mais importante política pública já criada e mantida para o apoio e amparo dos agricultores familiares do país.

A agricultura familiar torna-se reconhecida e apoiada com a criação destas políticas voltadas a esta porção do primeiro setor a partir de 1993, contudo suas definições no país datam do início dos anos de 1960, com o princípio da formação de alguns conceitos pelo governo via legislação vigente. A definição de propriedade familiar do Brasil, por exemplo, foi identificada pela legislação criada ainda no Estatuto da Terra, que data de meados dos anos de 1964. Segundo informações do INCRA, no Estatuto da Terra foi definido da seguinte forma:

II - "Propriedade familiar", o imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente, trabalhado com a ajuda de terceiros. (BRASIL, 1964, Art. 4º).

Somente em 2006, um novo olhar foi capaz de caracterizar a agricultura familiar pela Lei n.º 11.326/06 como sendo aquela desenvolvida em propriedades rurais de até quatro (04) módulos fiscais⁵, onde predomina o trabalho familiar sobre a mão de obra total do estabelecimento. O valor de cada módulo fiscal é determinado pelo INCRA, e tem uma variação relacionada localização geográfica da área. Não podemos esquecer que no texto do Estatuto da Terra já estava estabelecido que o tipo de exploração considerada familiar, pudesse também receber, eventualmente, ajuda de terceiros para a garantia de sua subsistência e sua continuação no processo socioeconômico local.

Segundo Castro, Resende e Pires (2014), a agricultura familiar tem um papel relevante no cenário rural brasileiro, tanto na geração e emprego como na geração de renda. Em 2006, no Brasil, mais de 84% do montante de estabelecimentos rurais era de caráter familiar, e este montante ocupava aproximadamente 74% de toda a

⁵ Segundo o INCRA, Módulo Fiscal é a Unidade de medida expressa em hectares, fixada para cada município, considerando os seguintes fatores: Tipo de exploração predominante no município; Renda obtida com a exploração predominante; Outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam significativas em função da renda ou da área utilizada; Conceito de propriedade familiar.

mão de obra da área rural. As propriedades familiares normalmente apresentam uma produtividade diferenciada tendo como destaque o feijão, o milho, o arroz, mandioca, hortaliças, entre outros produtos. Os autores entendem que:

Por ser mais diversificada que a agricultura de grande escala, a agricultura familiar traz benefícios socioeconômicos, como emprego de mais trabalhadores por área, e ambientais, devido à maior sustentabilidade ambiental de um sistema de policultura *versus* o sistema de monocultura praticado pelo segmento empresarial da agricultura brasileira. CASTRO; RESENDE; PIRES, 2014, p. 7).

Para Wanderley (1995), a agricultura familiar é de fundamental importância para o setor de produção, para as questões sociais e para a evolução dos estudos agrários. A autora relata a importância quando afirma:

[...] pude perceber que a importância e o significado da agricultura familiar dependem antes de mais nada, da associação de sua presença na sociedade com valores considerados socialmente positivos: tradição, desenvolvimento, eficiência econômica, proteção da natureza, são possíveis caracteres que, atribuídos a certos grupos de agricultores, lhes confere a legitimidade social. (WANDERLEY, 1995, p.73).

Carneiro (2008) se apresenta mais cautelosa quando se refere à construção da definição teórica do termo agricultura familiar, e trata inicialmente o termo referenciando a formação familiar:

[...] é no fato de encontrarmos uma família que responde tanto pela organização técnica da produção quanto pela execução das atividades, e sobretudo, pelo destino a ser dado aos seus resultados, que reside a especificidade da exploração familiar, seja ela agrícola ou não. (CARNEIRO, 2008, p. 263).

Entender agricultura familiar como termo agrário é tentar discutir um conceito profundo no que tange às discussões agrárias formais, pois o termo trata da importância da micro sociedade produtora que tem a força de sua produção pautada nos membros de seu clã familiar e ainda busca seu espaço no mercado capitalista, já que não se trata hoje de um sistema pautado nas ordens do sistema básico de subsistência identificado no âmbito do processo não-capitalista. Sendo assim, o entendimento do termo agricultura familiar trabalha com duas linhas que estão visceralmente unidas, as questões sociais e as questões econômicas. Mesmo assim

nem todos os estudiosos conseguem ter tal clareza, como Carneiro (2008, p. 260) quando afirma:

Geralmente as análises se restringem aos componentes econômicos dessas relações e acabam por igualar a exploração familiar a qualquer outra: sua dinâmica é apreendida sob a ótica do mercado – maior ou menor integração ao mercado – e sua especificidade fica reduzida ao emprego da mão de obra familiar (e, conseqüentemente, à não remuneração do trabalho) e ao tamanho limitado de sua capacidade produtiva, o que se expressa na utilização do adjetivo “pequeno”, muitas vezes associado a expressão “agricultura familiar”, entendido também, não raro, como sinônimo de “não-capitalista”.

Mesmo com este entendimento e sabendo que encontramos muitas discussões sobre a expressão “não-capitalista” e principalmente quando se trata de uma linha que trabalha com outra expressão importante, “exploração familiar”, é importante que se reflita muito antes de se defender ou acusar, pois a expressão citada inicialmente (não-capitalista) remete a um termo que coloca em evidência novamente o campesinato, utilizando-o como sinônimo de agricultura familiar (neste caso, sem a obtenção de renda/lucro). Muito se discute sobre o campesinato enquanto atividade produtiva e naturalmente apresentam em alguns casos como um elemento que já não existe, enquanto que a exploração familiar continua realizando suas atividades e sendo reconhecida como elemento produtivo essencial.

O sistema de produção por ordem familiar na agricultura é sem dúvida a prova de uma persistência infinita da tentativa de sobrevivência de famílias que optaram por não aceitar uma condição diferenciada deixando seus espaços, seus sistemas de produção e suas culturas, permanecendo até o reconhecimento geral e em especial o reconhecimento da produção e da importância para o sistema como um todo, pelo Estado.

É de grande relevância o reconhecimento estatal para a produção familiar, pois se reconhecem boas oportunidades para um grupo que reconhecidamente não possuía nenhuma condição evolutiva na produção. O financiamento através de programas como o PRONAF e outros incentivos e/ou subsídios disponibilizados pelo Estado ou através da identificação estatal da classe produtiva que fez com que outros sistemas econômicos e produtivos também desenvolvessem interesses sobre este tipo de produtor fez com que a dinâmica da produção da agricultura familiar se

fortalecesse, buscando sempre uma maneira de autossustentação e aumento produtivo, mantendo os envolvidos na produção, no campo e possibilitando a outras pessoas oportunidade de trabalho.

3 RIO GRANDE, UM ESPAÇO DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA E INDUSTRIAL

O extremo sul do Brasil apresenta uma diversidade de formações geológicas singulares dentro do território nacional, com áreas de campos nativos, (campos limpos sobre estruturas cristalinas ainda do pré-cambriano), assim como estruturas de deposição impulsionadas pelas forças da natureza, ainda do terciário do Cenozóico, que com o avanço e o retrocesso (transgressão e regressão) do mar que nos presenteia com sedimentos capazes de gerar longas estruturas arenosas, salinas que formam áreas aluviais, com grande quantidade de rios, canais, lagos, lagoas e Laguna que são importantes para a composição da costa atlântica do Rio Grande do Sul.

Esta faixa arenosa, importante do território nacional se instala entre o litoral sul do estado de Santa Catarina e a porção ao sul do Chuy (Uruguai) na localidade de La Coronilla. Esta faixa estreita de areia compreende o espaço da bacia Pelotas e tem estas feições por diferentes características que surgiram por uma série de processos endógenos de movimentos estruturais da crosta (como o movimento divergente entre as placas Sul-Americana e a placa Africana, identificadas pela teoria de tectônica de placas), e também por movimentos exógenos, como os causados pelo efeito de Coriolis (movimento das correntes marítimas e dos ventos). Neste caso, o contato de correntes marítimas distintas como a corrente do Brasil (quente que vem do Norte), com a corrente das Malvinas (fria que vem do Sul) e ao se encontrarem gera o fenômeno de ressurgência marinha, que possibilita a formação de depósito pela deposição de material sedimentar fino na zona costeira.

A cidade do Rio Grande, berço da colonização do estado do Rio Grande do Sul é um importante reduto de estudos de diferentes áreas do conhecimento. Rica em recursos naturais, com uma história colonial e cultural distinta e com diferentes possibilidades de desenvolvimento econômico, com destaque no processo industrial, mas deve ser atribuída importância ao sistema de produção agropecuário (tanto na diversidade cultural dos agricultores familiares, quanto nas produções dos grandes agricultores/produtores, com base nas monoculturas).

A população de origem portuguesa, típica de áreas costeiras desenvolve atividades econômicas e sociais relacionadas às condições físico-geográficas da região, que com o passar dos anos tornou-se um importante pólo de defesa e distribuição de produtos via sistema marítimo-portuário o qual possibilita como consequência um sistema econômico ativo que gera empregos e naturalmente movimenta um grande fluxo de migração na cidade.

Desde o princípio de sua fundação, a cidade do Rio Grande desenvolveu uma relação íntima com o sistema hidrográfico, visto que a cidade é circundada por rios, lagoas, laguna e na sua porção leste é margeada pelo oceano Atlântico. Este fato coloca o espaço local em uma posição estratégica quando se fala na condição e no período colonial, pois a posição municipal do espaço territorial levava ao interior da laguna dos patos, ou seja, interior do estado. Com isso a defesa do território era um comprometimento de primeira ordem, por isso os primórdios da ocupação se deram pela construção de um forte/presídio de nome Jesus, Maria José, que tinha o propósito de defender as instalações portuguesas e o acesso ao interior via sistema hidrográfico por corsários e outros navegadores estranhos à coroa portuguesa.

É importante lembrar que para a Geografia Política, o termo Território surge com Friedrich Ratzel⁶, que entendia que território seria a expressão legal e moral do Estado, a conjunção do solo e do povo, na qual se organiza a sociedade. E como não poderíamos deixar de lembrar a importante discussão sobre o termo, é preciso lembrar outro pensador fundamental que cria uma crítica sobre território na visão alemã, Claude Raffestin⁷, identifica que território é formado pelas relações de poder multidimensionais e a territorialidade é o produto dessas relações.

⁶ Friedrich Ratzel (1844-1904), geógrafo e pensador alemão, considerado um dos principais teóricos clássicos da Geografia e o precursor da Geopolítica e do Determinismo Geográfico. MORAES, 1990.

⁷ Claude Raffestin, geógrafo suíço, professor de Geografia Humana na Universidade de Genebra. Baseado nas concepções de Foucault sobre o poder, Raffestin escreveu uma de suas mais importantes obras, intitulada "Por uma Geografia do Poder", livro este fundamental para se compreender as relações de Poder dentro da visão Geográfica, assim como para se compreender o "Território". RAFFESTIN, 1993.

O território [...] é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a 'prisão original', o território é a prisão que os homens constroem para si." (RAFFESTIN, 1993, p. 50).

Contudo, no início da formação da cidade, período colonial, a visão de Ratzel era a mais contundente para o momento, pois ele ainda lembra para completar o conceito de território que ainda precisamos da territorialidade e esta estaria associada a uma identificação específica, presumindo que não existiriam subdivisões ou contradições internas a um Estado determinado, fixo no tempo e no espaço, características que só poderiam ser modificadas com o uso da força, que neste caso se aplicaria muito bem, pois a grande disputa pelo espaço acontecia entre os portugueses (que nesta região eram naturais da região dos Açores e da Ilha Madeira) e os espanhóis, além de outros.

A evolução da ocupação colonial do território parte de um reconhecimento da costa, via marítima, e isso já data de 1501 com o navegador André Gonçalves, que fazia parte da expedição de Américo Vespúcio, com o reconhecimento das áreas, outros passaram também a visitar a região. Os avanços sobre o espaço se dão até a apropriação da terra com a distribuição oficial de terras no Rio Grande. Os primeiros contemplados foram os casais saídos da Colônia do Sacramento seguidos de imigrantes vindos de Rio de Janeiro e São Paulo, além de alguns oficiais do grupo de Silva Paes. Os primeiros títulos foram distribuídos através de ações jurídicas denominadas "cartas de data", que davam o direito da ocupação do espaço e a posse para a prática de agricultura e criação.

Segundo Vieira (1983), no início da colonização houve uma grande dificuldade de instalação da população na região, pois esta chegada e permanência eram dificultadas pela natureza geológica da restinga, descrita pelo autor assim:

Terras baixas e arenosas, batidas constantemente por fortes ventos, não se tornavam convidativas a uma permanência mais prolongada. Por outro lado, as características da penetração inicial devido ao tipo de atividade desenvolvida pelos tropeiros era basicamente marcada pela forte mobilidade. (VIEIRA, 1983, p. 112).

Vieira (1983, p. 112) continua:

a partir de 1737 foi incrementada a imigração oficial, mas, ainda assim, as dificuldades foram grandes, pois a planície costeira, dominada pelas dunas, não oferecia terras bastante férteis a um rápido desenvolvimento da agricultura. A pequena agricultura e a criação de gado asseguraram o início da base sobre a qual aumentou a população rio-grandina.

Com essa identificação fica claro que a cidade de Rio Grande sempre teve uma linha produtiva agrícola dinâmica, com poucos atrativos, mas ativa, mesmo que a cidade tenha um forte apelo industrial. Com o passar do tempo à agropecuária municipal mudou seu sistema de produção, passando de pecuária extensiva (latifundiária) e agricultura familiar de pequena propriedade (minifúndio), para o grande latifúndio (rizicultura) e policultura de pequena propriedade familiar (hortifrutigranjeira).

A distribuição da população de Rio Grande, segundo o censo de 2010, coloca o município na 10ª posição no estado em relação ao número total de habitantes por municípios, com 197.228 habitantes em uma área de 2709,5 km², ou seja, o município apresenta uma densidade demográfica de 72,79 hab/km², estando dividida entre os espaços urbanos e rurais, sendo 96,05% da população residente em áreas urbanas e apenas 3,95% residentes em áreas rurais. (IBGE, 2010).

Mesmo com o princípio de sua formação e colonização sendo traçado por características rurais, o município logo tendeu para uma dinâmica urbana industrial, visto que, as tendências econômicas caminhavam para estas atividades. A condição portuária favoreceu o comércio e em especial as relações de importação e exportação e posteriormente no século XX à formação industrial se torna imponente na ordem econômica local. No caso da agropecuária o município estagnou-se em virtude de todas as limitações físicas impostas pela área, como a pouca disponibilidade de área, as condições químicas do solo e ainda as condições concentradoras da terra, refletidas no alto grau de concentração da terra. Por estes motivos não se percebeu nenhuma nova evolução das fronteiras agrícolas, estagnando o sistema produtivo até o início do novo século.

Quadro 3 – População residente por situação de domicílio (1940-1980).

ANO	URBANA	RURAL
1940	51.331	9.471
1950	65.950	11.965
1960	87.528	12.850
1970	103.921	12.657
1980	137.195	9.019

Fonte: Vieira, 1983, p.120.

O quadro apresentado por Vieira nos mostra a partir dos anos de 1940, a população teve um sensível aumento que se prolonga até os anos de 1970, e que possivelmente essa ascensão tenha surgido por investimentos e incentivos do Estado, já que no início da década de 1940 o mundo estava em Guerra Mundial e não se tinha certeza de quando cessaria o grande embate. Na década de 50 com a formação e organização das ligas camponesas, gerou pressões sobre os governos exigindo mudanças estruturais que possibilitassem uma paridade econômica entre os sistemas produtivos, na primeira metade dos anos 1960 a criação do Estatuto da Terra.

Já no sistema governamental ditatorial e nos anos de 1970 outras ações sociais e governamentais trabalharam para a manutenção das famílias no campo⁸, buscando uma diminuição no fluxo do êxodo rural, mesmo se percebendo a entrada de empresas multinacionais no mercado brasileiro. Logo na década seguinte, a década da redemocratização do país, os índices da população rural voltam a declinar mostrando a fragilidade do sistema econômico naquele momento histórico, como percebemos no quadro 4 e ilustrada no gráfico 1.

Quadro 4 – População total residente no município por situação de domicílio (1970- 2010).

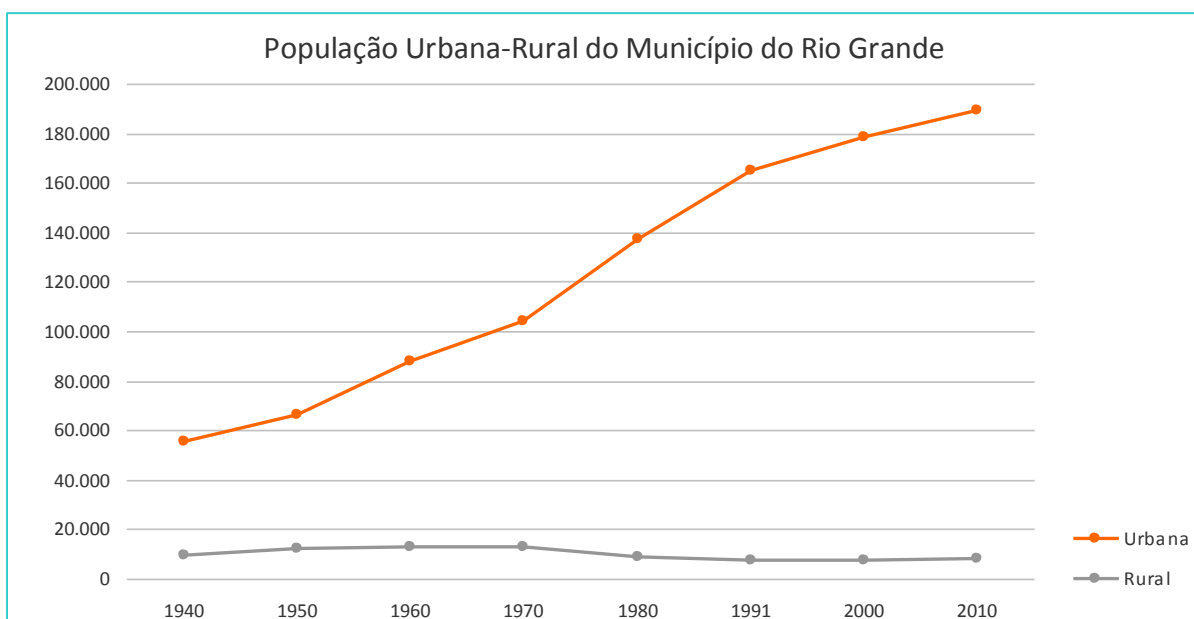
ANOS	POP. URBANA	POP. RURAL	POP. TOTAL
1970	103.896	12.592	116.488
1980	137.142	8.972	146.114
1991	165.025	7.397	172.422
2000	179.208	7.336	185.544
2010	189.429	7.799	197.288

Fonte: IBGE, Censo demográfico 1950/2010.

⁸O primeiro setor citadino até então era compreendido por: agricultura, silvicultura, pecuária, extrativismo vegetal e pesca.

Salvaguardando algumas diferenças entre as fontes apresentadas, é perceptível a redução populacional rural em ambas as fontes de dados, no que tange a população do município. Os censos de 1991, 2000 e 2010 continuam demonstrando declínio desta população atingindo os números já hoje percebidos e reconhecidos da população nas áreas rurais e urbanas do município.

Gráfico 1 – Evolução populacional por situação de domicílio no município de Rio Grande.



Fonte: Censo Demográfico 1950/2010, IBGE.

A apresentação dos dados do gráfico 1, deixa claro a evolução populacional e a vocação que o município tem com relação aos setores produtivos, reconhecidos aqui por áreas e/ou situações de domicílios.

Esta vocação industrial e em segundo plano comercial que o município buscou com o passar dos anos acaba atraindo investimentos do estado para os destinos que possibilitem maior lucratividade momentânea, ou seja, em sua grande maioria para o desenvolvimento industrial e marítimo-portuário. Acredita-se que só iniciará alguma mudança significativa com relação à ordem populacional, com investimentos e incentivos estatais no setor primário de produção, e só assim teremos novamente mudanças na estrutura domiciliar da população, como colocado por Vieira (1983, p. 124).

As mudanças estruturais na população dependem do tipo de organização social e das relações de produção dela derivadas. A evolução do processo produtivo com suas mudanças estruturais produz conseqüentemente alterações em vários componentes da própria estrutura da população.

E quando se trata de uma realidade estrutural específica como a de Rio Grande as evoluções são perceptíveis, como o próprio autor conclui.

Em Rio Grande o fenômeno tem sido sensível. As grandes etapas do desenvolvimento econômico do município têm provocado profundas alterações na estrutura da população. A mobilidade social, os fluxos migratórios e o nível de preparação profissional têm correspondido às novas condições do processo produtivo. (VIEIRA, 1983, p. 124).

Buscando uma nova estrutura populacional para o município de Rio Grande e tentando entender a dinâmica produtiva rural da cidade, se percebe com o desenrolar histórico uma evolução agropastoril consideravelmente estável, com ciclos que iniciaram com os rebanhos nas estâncias ainda no período colonial, permeando pela produção de trigo no início do século XIX, que perdeu espaço comercial pelo preço da ervilha que gerava um lucro mais rápido via exportação.

Já no final deste ciclo a agricultura familiar volta a um momento de ascensão com as chácaras de horticulturas em especial nas ilhas dos Marinheiros e Leonídio, além dos distritos de Povo Novo e Vila da Quinta, que era até então identificada como uma região de pecuária. Posterior a isso, surge à cebola no município que continua sendo produzido em pequenas e médias propriedades, já o sistema de produção de arroz (orizicultura) é até hoje praticado em grandes propriedades do município.

Com essa percepção do cenário produtivo rural do município, esta pesquisa pretende identificar algumas mudanças significativas, seja pela manutenção, permanência ou por algum aumento significativo da população do campo no município, que represente uma melhora nas condições rurais após a instalação e a disponibilidade do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, no município de Rio Grande.

3.1 LOCALIZAÇÃO E CARACTERÍSTICAS FÍSICO-GEOGRÁFICAS DO MUNICÍPIO DE RIO GRANDE

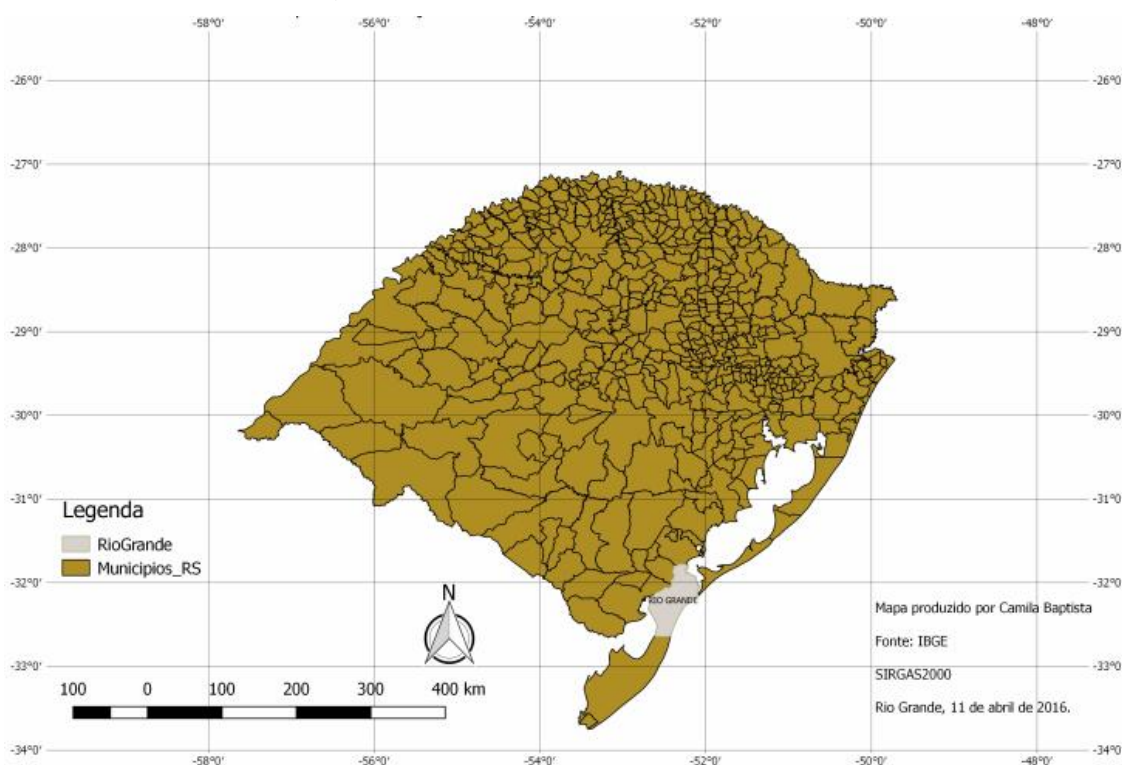
Como identificado anteriormente, o município de Rio Grande é de origem geológica recente, ainda do Cenozóico que data de aproximadamente 65 milhões de anos até os dias atuais, e isso nos faz entender que a estrutura ainda está em contínua formação já que a região é de origem arenosa e ainda está sendo alimentado pela deposição de estrutura sedimentar pelo Oceano Atlântico. Isto se dá pela posição do município, que está em uma faixa que recebe o encontro de duas grandes correntes marítimas: a corrente (quente) do Brasil e a corrente (fria) das Malvinas, provocando em alguns momentos um fenômeno oceanográfico que se chama Ressurgência ou Afloramento que no caso da Costa Rio-Grandina não carrega apenas nutrientes de água mais profundas e geladas (corrente das Malvinas), mas movimenta o assoalho oceânico carregando sedimentos para a costa.

A localização do município então se dá na planície costeira do estado do Rio Grande do Sul. Seu território é compreendido por uma faixa estreita de terras baixas, onde as medidas altimétricas mais elevadas registradas na sede do município atingem dois metros acima do nível do mar. Por estar posicionada, ao sul do Trópico de Capricórnio sua faixa climática é temperada, identificando seu clima como subtropical, com quatro estações bem definidas onde apresenta verões brandos e quentes e invernos amenos e frios, apresentando ainda uma condição pluviométrica constante e bem distribuída ao longo do ano. Sobre este espaço encontramos a ação da maritimidade que é constante e não permite pelo grau de umidade (regulador térmico) uma amplitude térmica elevada.

Estes elementos naturais identificados e associados às características do local são fundamentais para o desenvolvimento do solo da região, base para a produção e de recebimento de apoio econômico via programas assistências e auxílio a pequena propriedade familiar. Percebe-se que a terra é um elemento fundamental, mesmo fazendo parte de uma tríade estrutural de produção agrícola (trabalho, terra e capital).

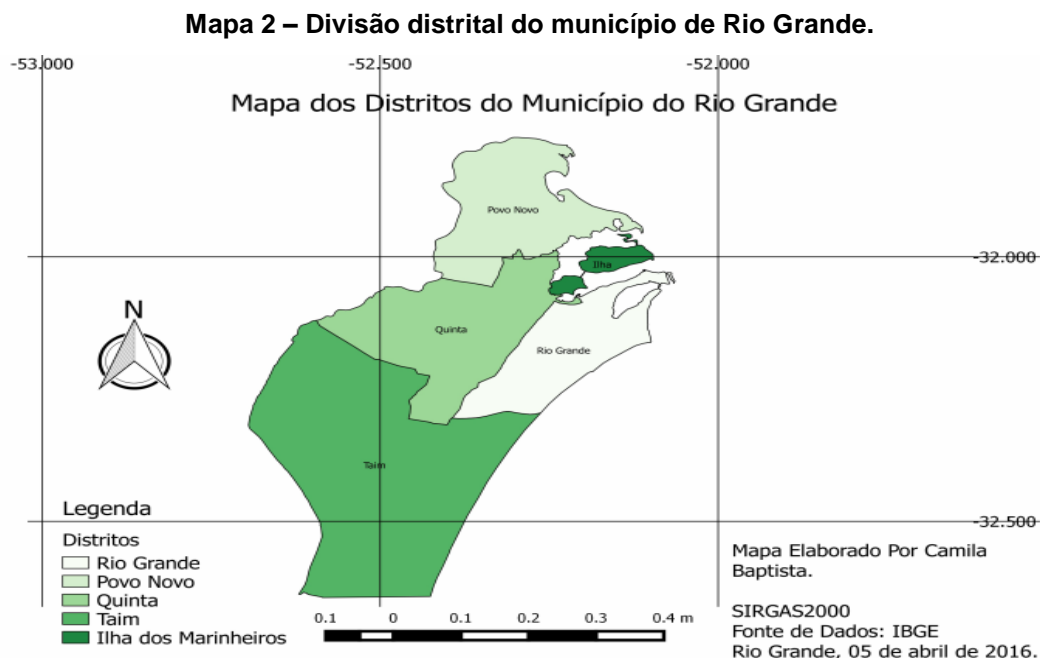
Rio Grande tem como municípios limítrofes segundo Vieira (1983, p 14), ao norte a cidade de Pelotas e a Laguna dos Patos, ao sul o município de Santa Vitória do Palmar, a leste o Oceano Atlântico e o canal do Rio Grande e a oeste os municípios de Pelotas, Arroio Grande e a Lagoa Mirim. As coordenadas geográficas do Município de Rio Grande são: Sede do município (ponto central): 32°01' 40" latitude sul; 52°05'40" longitude oeste; Pontos extremos: Ao Norte 31°47'02" latitude sul; Ao Sul 32°39'45" latitude sul; A Leste 52°03'50" longitude oeste; A Oeste 52°41'50" longitude oeste, conforme o mapa 1.

Mapa 1 – Localização do município de Rio Grande no Rio Grande do Sul.



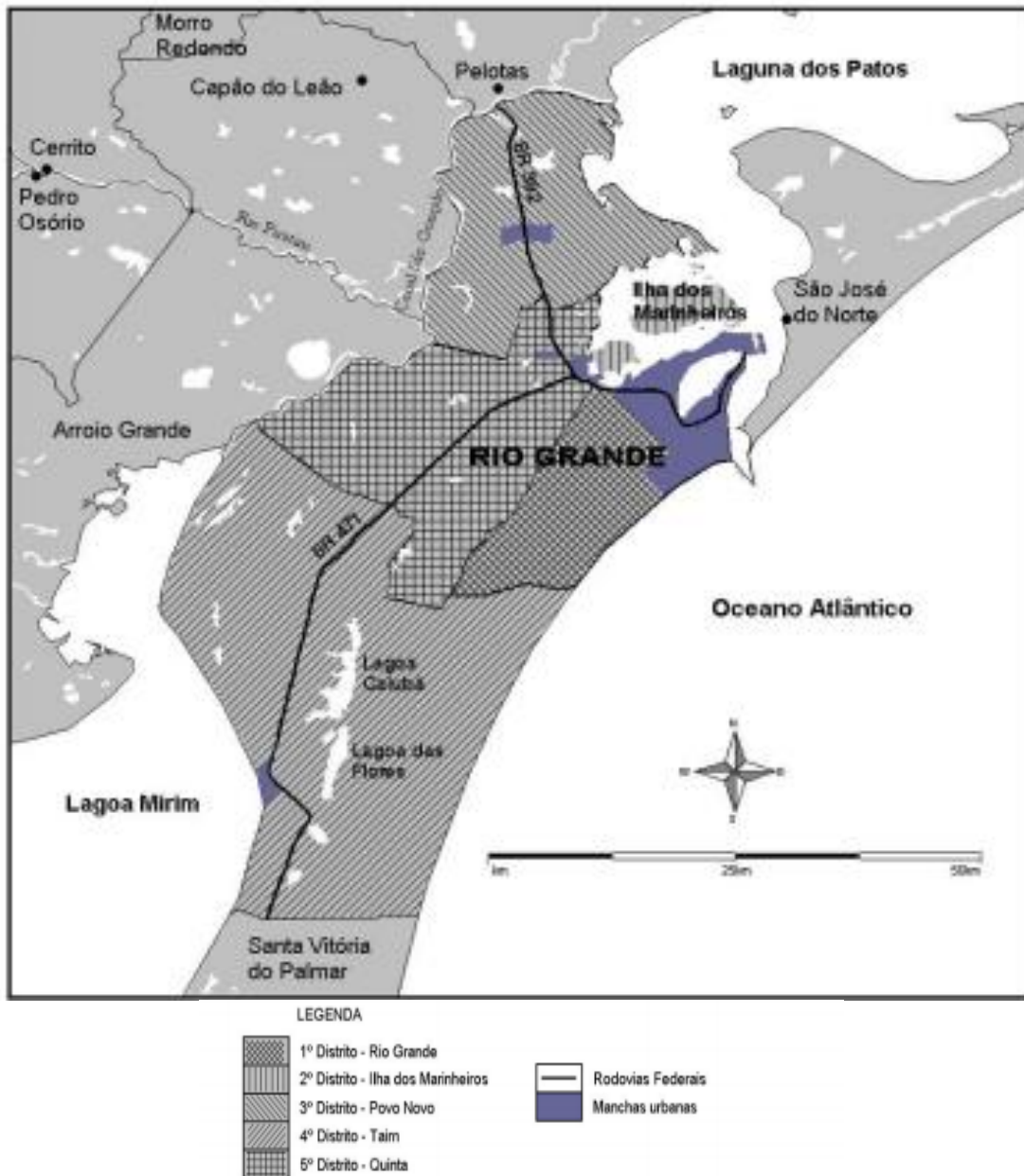
Com uma superfície territorial de aproximadamente 2 709,5 km² de área, e com uma configuração alongada, a formação do território continua em franca evolução, pois além da constante deposição dos sedimentos marinhos a posição do município conta com a foz da laguna dos Patos (canal do Rio Grande) que acaba transportando sedimentos, via fluxos fluviais provenientes dos rios tributários da laguna, que acabam a assoreando e criando novas estruturas com outras formações de terras emersas como o arquipélago dos Marinheiros e outras ilhas da região.

Segundo Rio Grande (2015), o município está dividido em cinco (05) distritos como identificados a seguir:



- 1º Distrito: denominado Rio Grande – possui sede na cidade do Rio Grande, abrangendo o Balneário Cassino, o Distrito Industrial, a Povoação de 4ª Seção da Barra, o Senandes, o Bolaxa e a Ilha do Terraplano (Base). Está subdividido em 1º Subdistrito: Cidade do Rio Grande;
- 2º Subdistrito: Balneário Cassino.
- 2º Distrito: denominado Ilha dos Marinheiros – possui sede a Vila do Porto Rei, incluindo as seguintes ilhas: dos Marinheiros, do Leonídio, das Pombas, da Pólvora, dos Cavalos, da Constância, das Cabras, do Caldeirão e da Cascuda.
- 3º Distrito: denominado Povo Novo – possui sede na Vila do Povo Novo, abrangendo também as ilhas da Torotoma, dos Mosquitos, dos Carneiros, Martin Coelho e do Malandro.
- 4º Distrito: denominado Taim – possui sede na Vila do Taim, abrangendo as ilhas Grande, Pequena e Sangradouro. Abriga, ainda, a Estação Ecológica do Taim.
- 5º Distrito: denominado Quinta – possui sede na Vila da Quinta.

Mapa 3 – Divisão distrital, áreas urbanas e rodovias federais do Município de Rio Grande.



Fonte: CaderNAU, 2007. p.14.

Como se percebe, pelas representações cartográficas e com a divisão distrital do município, há uma grande formação de ilhas, todas de origem sedimentar recente que compõe o espaço territorial, produtivo e econômico do município. Nestas localidades a maioria absoluta da população que reside ainda se dedica às atividades do setor primário, contribuindo assim para o reconhecimento produtivo agrário local e também participando ativamente da melhoria das características econômicas do município, em sua porção rural e urbana.

3. 2 PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA E ESTRUTURA FUNDIÁRIA DO MUNICÍPIO

Inicialmente devemos lembrar que o município de Rio Grande pertence a um sistema maior e respeita as ordens políticas evolutivas da nação. Como já é de conhecimento geral o Brasil apresenta desde a chegada dos portugueses, um processo fundiário conservador e uma estrutura fundiária centralizadora. Os sistemas implantados no período de colonização, como, capitânicas hereditárias e posteriormente a isso as sesmarias, dividiram as terras do país em grandes latifúndios, desapropriando a população indígena com o intuito de ocupação e de produção monocultura. Inicialmente feita pela implantação do sistema de Plantation, que além de ocupar terras indígenas para a prática agricultura monocultora, buscando basicamente a produção para a exportação (neste caso o produto produzido era o produto de desejo dos países europeus), ainda trabalhava com o regime escravista.

O país passa então por longos períodos de evolução fundiária, a independência em 1822, acaba com o sistema de sesmarias, em 1850 com a lei de terras, reorganiza o sistema de compras de terra, restringindo para alguns e aumentando o poder de outros, posteriormente outro momento que pode ser lembrado é a abolição da escravatura e logo em seguida a proclamação da república que mantém o poder político na mão de uma elite latifundiária, o que acaba barrando toda e qualquer discussão sobre a ocupação fundiária no país. Entende-se que a partir de então mesmo com todos estes períodos de tentativas de evolução os latifúndios continuaram mantendo suas atividades ativas e continuam existindo em todo o território.

O município de Rio Grande não podendo se afastar do cenário evolutivo nacional e como desde o início de sua ocupação teve um cunho estratégico acompanhou o desenrolar natural do país.

Ao buscar o esclarecimento e/ou entendimento sobre a estrutura física e distribuição do município é importante pautar novamente como se divide os espaços agrários. Estes espaços foram desenvolvidos com o Estatuto da Terra, nos anos de 1960, contudo em 1979 o governo reorganiza através de decretos que modificam o

estatuto da terra para facilitar o sistema de cobrança de impostos, passando as medidas para módulos fiscais, que são definidos pelos municípios.

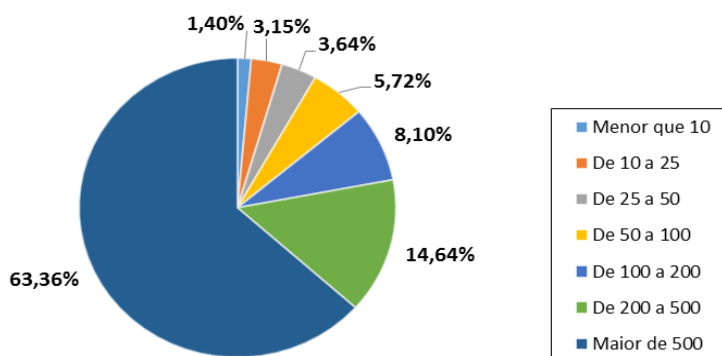
Após a federação conceituar módulos fiscais e passar as medidas para o entendimento de cada município, fez-se necessário criar uma lei que determinasse e classificasse as propriedades rurais com relação ao tamanho da área. Em 25 de fevereiro de 1993, cria-se a Lei 8.629, que se tornou referência para a classificação das propriedades rurais e as classifica em quatro tipos que segundo o INCRA são:

- 1 – **Minifúndio**: imóvel rural de área inferior a 1 (um) módulo fiscal; (Decreto n.º 55.891 de 31 de março de 1965 em seu art. 13, I, c/c o art. 6º, II);
- 2 – **Pequena Propriedade**: imóvel rural de área compreendida entre 1 (um) e 4 (quatro) módulos fiscais;
- 3 – **Média Propriedade**: imóvel rural de área compreendida entre 4 (quatro) e 15 (quinze) módulos fiscais;
- 4 – **Grande Propriedade**: imóvel rural de área superior a 15 (quinze) módulos fiscais.

Ainda segundo dados do INCRA e como citados por Moura (2011, pág. 71), se percebe uma distinção de áreas e ocupações no território municipal que pode ser observada no gráfico número dois (2) que nos apresenta uma organização por áreas dos imóveis rurais do município de Rio Grande.

É importante lembrar que para o município de Rio Grande um módulo fiscal corresponde a 25 ha.

Gráfico 2 – Classificação dos imóveis do município por grupo de área.



Fonte: INCRA 2010.

O presente estudo entende como elemento fundamental a agricultura familiar e então ao analisar este gráfico é importante também lembrar que o município tem algumas regiões que com o desenrolar colonizatório e os desmembramentos territoriais passaram a ser reconhecidas como áreas de pequenas e médias propriedades, e sendo assim, de maior utilização pela agricultura familiar.

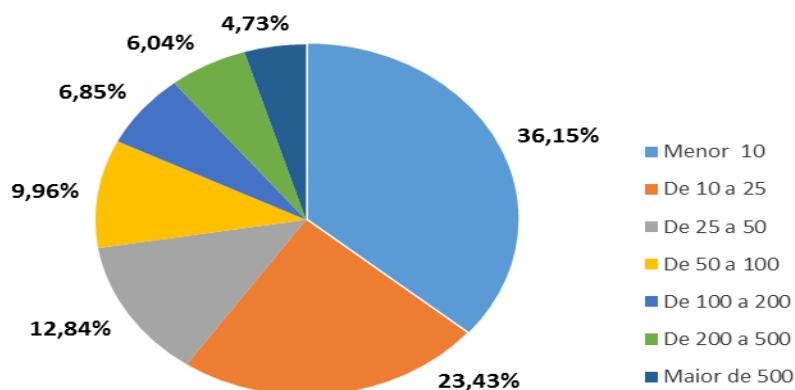
O sistema de produção primário de Rio Grande conta com um processo distinto, visto que o sistema trabalha com uma gama de produção que se divide entre o sistema produtivo agrícola (monocultura com base na rizicultura e o policultura de base familiar) e o pecuário (extensivo com rebanhos bovinos e ovinos e a pesca artesanal no estuário da Laguna dos Patos) ambos os sistemas de grande valia para a economia do município.

A realidade física do município faz também com que a evolução produtiva crie novas perspectivas e adaptações para esta região, mencionada acima, que se apresenta como uma das mais importantes áreas de produção agrícola do município. Em virtude da sua abundância hídrica e suas formas territoriais, que ora se apresenta como enseada, hora se apresenta como ilha ou mesmo como área costeira simples de depósito de sedimentos, as adaptações produtivas mesclam-se desenvolvendo no mesmo grupo de indivíduos diferentes habilidades que se identificam nas palavras de Moura (2001);

“Estas localidades que a longo tempo estão constituídas de pequenos estabelecimentos: Ilha dos Marinheiros, Ilha do Leonídio, Torotama e Quitéria, possuem a peculiaridade do lavrador/pescador, ou seja, o produtor sazonalmente se transforma em um destes indivíduos sem perder a identidade com a outra arte.”

Outra possibilidade de entendimento se dá a partir da observação do número de imóveis do município por estrato de áreas, como é possível a identificação no gráfico 3.

Gráfico 3 – Número de imóveis por estrato de área (hectares).



Fonte: INCRA 2010.

Fica claro que mais de 50% dos imóveis são de áreas inferiores ou com até um módulo fiscal do município, ou seja, a maior parte dos imóveis se apresentam com áreas de até 25 hectares.

Como já foi mencionado, o município vem de uma realidade singular na região quando se fala de processos produtivos, por vezes se destacou por sistemas produtivos que mesclavam a pecuária extensiva (muito motivada pela aproximação do sistema produtivo dos países vizinhos como Uruguai e Argentina e pelo desejo europeu) e agrícola de pequena e média propriedade.

Posteriormente a este período e como já se desenhava através de apelos locais e geográficos, a cidade se movimenta para o seguimento da produção industrial e logo diminui seu interesse pela agropecuária, e só retorna ao cenário de importância produtiva com a consolidação do sistema de monocultura do arroz, em propriedades com áreas maiores. Mesmo com o sistema se apresentando com este formato mais voltado para a produção de arroz em escala comercial e a produção industrial, o município continuou com uma produção baseada no sistema de produção familiar.

A agricultura familiar do município se destaca na produção de hortifrutigranjeiros, com um sistema diversificado com base nas condições de sazonalidade local, tendo como destaque na horticultura a cebola, o alho, a abóbora, a couve, além de outros. Na produção de frutas podemos destacar a uva na localidade da Ilha dos Marinheiros, o melão na Ilha do Leonídio além e outras frutas

também de estações distintas (sazonais) como goiaba e figo. É importante lembrar que as produções dos agricultores familiares não representam grandes números individualmente, mas com a totalização das produções das famílias adquire-se um montante produtivo significativo para a cidade e região.

No município de Rio Grande o órgão responsável pelo controle e organização agrícola e pecuária é a Secretaria de Município de Desenvolvimento Primário (SMDP), que tem por finalidade a promoção, articulação e execução das políticas municipais voltadas ao desenvolvimento da produção primária, especialmente ao agropecuário no âmbito do município. Além da secretaria que organiza no âmbito municipal ainda temos a participação no município da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio Grande do Sul, EMATER/RS que auxilia de forma técnica os produtores primários do município, com o respaldo estadual.

Conclui-se, contudo, que o município de Rio Grande está dentro de uma realidade fundiária muito semelhante a outras regiões do país, mesmo que com todas as suas singularidades o município se apresenta com um sistema fundiário concentrador onde pela análise dos gráficos e informações anteriores se percebe que 4,73% dos imóveis rurais, abrangem 63,36% da área agricultável do município e possuem área com mais de 500 ha. Mesmo com toda a diversidade e possibilidade de produções encontradas no município, as condições físicas (solo, clima) determinam as sequências produtivas e naturalmente econômicas da região na agricultura e sendo assim a ordem natural é um elemento fundamental para a dinâmica produtiva e econômica municipal.

4 AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE RIO GRANDE

Para que tudo funcione como um sistema que abarque as características sociais, é preciso entendimento e organização política, e que esses tenham como prerrogativas básicas o interesse público sobre as dimensões globais de desenvolvimento social, territorial e produtivo. Para tanto, as políticas públicas precisam surgir de forma clara e objetiva, indo ao encontro dos interesses gerais, ou seja, necessita ser gestadas e discutidas da forma mais direta com as partes interessadas, neste caso, os diferentes segmentos da sociedade.

No Brasil, a história mais recente (a partir da segunda metade dos anos 1950) nos mostra um sistema de organização política concentradora. Apesar de serem políticas presentes em décadas anteriores, é a partir deste período que as investidas sociais mais voltadas para o desenrolar político pretendido nesta dissertação ficam mais presentes, como por exemplo, a criação das Ligas Camponesas no Nordeste, criadas em 1955 e logo após o Estatuto da Terra. Na década de 1960, com o golpe de 1964, o governo militar reorganiza as ordens políticas, centralizando no estado a função de criação e desenvolvimento de todas as políticas do país, o que para o desenvolvimento agrário pretendido até o momento não era o melhor, pois entre outras coisas este sistema político abandonava o desejo de transferir também para os trabalhadores rurais os mesmos direitos dos trabalhadores urbanos. Neste momento as políticas públicas ficaram conhecidas como políticas de “modernização conservadora”, e isto se deve em especial pela política de conservação e manutenção fundiária, com base na grande propriedade.

Nos anos de 1980 e 1990, com o fim da ditadura militar, as ações sociais tomam novo fôlego e passam a reivindicar melhores planos de desenvolvimento para o país. Cada movimento social busca, a partir de então, seu espaço dentro de um sistema governamental em reestruturação.

A discussão sobre a participação social na política brasileira se amplia com a redemocratização, acontecida entre o final dos anos de 1970 e ao longo dos anos de 1980, pois os grupos sociais organizados estavam articulando discussões e pensamentos, estabelecendo assim de fato ações que tinham interesse político e relevância social. Estas discussões e pensamentos estavam em rota de colisão com os interesses da política tradicional que continuou sendo realizada como política perpétua até o final do período militar.

Muitos pensadores sociais e políticos lembraram em seus textos sobre a importância de se criar formas, novos canais de comunicação entre os interesses sociais e a política realizada até então. Esta política que de certa forma perde o contato com os interesses sociais era uma política autoritarista de dominação política nacional, que visava apenas governar para um grupo seletivo e não se importava com o contexto social.

SILVA e SCHNEIDER (2009, p. 150), relatam que as lembranças que se tinha de política, eram as mais recentes, ou seja, a ditadura militar. E essa não era a política que a sociedade ainda queria.

“Com base nessa experiência, o Estado e, mais do que isso, o campo político-institucional é representado como o espaço do autoritarismo, sendo os seus agentes identificados como responsáveis pela opressão e repressão aos interesses sociais excluídos do bloco no poder. Por outro lado, a sociedade civil torna-se o campo de resistência ao poder autoritário, com uma homogeneização dos agentes da dinâmica da transformação social e política do país.”

Com o passar dos anos o sistema político do país foi se adequando e percebendo a real importância da participação social neste sistema, é claro que este sistema leva em conta uma organização social lógica. Com o avanço, surgem conselhos populares, que são entendidos como formas autônomas de organização popular e termos (frases) que tentam representar o poder da sociedade, como: “participação popular”, que são muito utilizados em assembleias ou encontros sociopolíticos.

Os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDR) surgem como uma ferramenta local que tem como prerrogativas a gestão do sistema rural do município com orientação, monitoramento, criação e acompanhamento dos

programas executados no meio rural e deve integrar os agricultores locais e a sociedade como um todo. Este conselho segue padrões estipulados pelo Plano Diretor municipal e tem como um dos elementos mais importantes o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural (PMDR), que procura como instrumento do CMDR, estimular a articulação e a participação do meio rural, através de seus agricultores e a sociedade. Estes planos e conselhos são exigidos por lei criada em 2001, conhecida como estatuto das cidades (Lei 10.257, de junho de 2001) onde em seu inciso I, do artigo 41 apresenta, há exigência de que todos os municípios com mais de 20 mil habitantes consolidem seu plano diretor de desenvolvimento, para terem acesso a programas públicos de desenvolvimento e transferências de recursos federais (BRASIL 2001). Segundo MARQUES (2009, p. 52), “os conselhos municipais de desenvolvimento rural (CMDR) constituem espaços essenciais para a participação no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar”. O mesmo autor continua o texto lembrando que: “os documentos do PRONAF evocam uma participação paritária⁹ entre os representantes da agricultura familiar e dos poderes públicos”.

Muitos avanços se verificam desde então, mas muito ainda está por pensar, discutir e fazer quando se trata de políticas que realmente tenham alguma relevância social. É neste cenário de nova aproximação política e social no país, que surge o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o programa vem neste contexto como um elemento comprobatório da tentativa governamental de criação de políticas que atinjam de fato todas as camadas sociais do processo produtivo agrícola.

É de grande relevância que o estado esteja observando e se dedicando a gerar novas possibilidades de apoio aos agricultores familiares, assim como o PRONAF, visto que o agricultor familiar é um indivíduo singular dentro de um sistema produtivo capital, já que ele, como lembrado por Jean (1994 apud BROSE, 1999), é um personagem híbrido, que acumula uma tríplice identidade dividida em: proprietário fundiário, empresário privado e trabalhador (operário). E mesmo

⁹ Neste caso o termo participação paritária não faz referência a ordem normalmente associada a igualdade dos sexos (termo normalmente utilizado pela democracia paritária), e sim a uma partilha das cadeiras de cargos dos conselhos municipais, estabelecendo um mínimo de 50% das cadeiras para agricultores familiares.

acumulando e desempenhando todas essas atividades sua reposição monetária normalmente provêm de apenas uma das três rendas o que o coloca em situação de desigualdade no sistema capitalista, pois em uma situação de produção convencional o indivíduo que trabalha e acumula funções tem sua remuneração computada a partir de uma ordem diferenciada, com um valor distinto dos outros trabalhadores sem acúmulos de funções.

A FAO/INCRA reconhece que o sistema de agricultura familiar pode ser definido a partir de três características básicas:

A – a gestão da unidade produtiva é realizada por pessoas que mantêm entre si laços de parentesco e casamento;

B – a maior parte do trabalho é realizado por membros da família;

C – os meios de produção (embora nem sempre a terra) pertencem à família.

Além destas características básicas, a FAO/INCRA (1994, apud BROSE, 1999) ainda lembra que é de grande relevância que se perceba também que o modelo familiar de produção se diferencia do sistema convencional patronal pelos seguintes elementos:

1 – Trabalho e Gestão estão intimamente relacionados;

2 – Direção do processo produtivo assegurada pelos proprietários;

3 – Ênfase na diversificação;

4 – Ênfase na durabilidade dos recursos e na qualidade de vida;

5 – Trabalho assalariado como complementação;

6 – Decisões imediatas, adequadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo.

Estes elementos comprovam que se deve observar o todo do processo produtivo, pois trabalhar, gerenciar, comandar, fazer produzir e ainda conseguir lucros que possam gerar o bem-estar familiar é de uma dificuldade extrema. Entender que existe uma diferença entre o sistema convencional patronal e o sistema de produção familiar é fundamental e as características identificadas acima nos revelam as fundamentais diferenças.

Trabalhar com espaços restritos, com o apoio familiar, com poucos recursos, com diversidade produtiva e com o mínimo de investimentos faz com que muitas vezes as famílias tenham que buscar incentivos/incrementos externos ao seu sistema de produção. O sistema financeiro é por muitos a única possibilidade de continuação da produtividade, contudo os valores cobrados por juros nos financiamentos são muitas vezes abusivos, e sendo assim o papel do estado tornasse fundamental, principalmente quando se trata de investimentos e financiamentos que possibilitem mais apoio aos agricultores familiares.

4.1 O PRONAF NO CENÁRIO MUNICIPAL E OS ATORES RESPONSÁVEIS PELO FINANCIAMENTO

A partir da compreensão da composição estrutural territorial e seus desdobramentos se faz necessário o entendimento das características produtivas para a compreensão de como as comunidades (em especial as de produção familiar) conseguem manter seus sistemas ativos e produtivos neste cenário apresentado até então.

Com o intuito de entender o cenário agrícola e o seu desenvolvimento econômico no município do Rio Grande, a presente pesquisa buscou estudar a dinâmica rural atual através de três atores distintos e fundamentais, que buscam melhorar as condições produtivas do município com o auxílio de políticas públicas federais, que neste trabalho fica identificado a partir de um olhar mais atento sobre o PRONAF.

Os atores considerados para delinear estas questões são: a EMATER, que é o principal referencial técnico do sistema agrícola local; o sistema bancário (Banco do Brasil), o principal agente financeiro; e os agricultores familiares beneficiados e/ou buscando o auxílio pelo programa em questão.

Inicialmente a busca das informações necessárias se deu pela coleta de dados da EMATER, empresa estatal que busca auxiliar tecnicamente os produtores da região. Os levantamentos iniciais se pautaram na investigação de qual seria o

número de agricultores familiares que teriam condições de aderirem ao sistema de financiamento do PRONAF.

Neste momento se identificou que a EMATER agrupava os pedidos de apoio para a realização de projetos para a solicitação de financiamento, por setores econômico-produtivos e o primeiro setor na cidade engloba além de agricultura e pecuária o contingente pesqueiro (pescadores artesanais do município). O primeiro número de pedidos identificado realmente era grande, visto que os dados iniciais não estavam selecionados por atividade produtiva. Posteriormente a esta filtragem (separação por atividade produtiva), o número naturalmente diminuiu para valores considerados normais, considerando os padrões municipais. Já estando com os valores reais identificados, outro elemento surge para finalizar o avanço do crédito, como já se sabe o financiamento do PRONAF só é liberado mediante o cumprimento de alguns pré-requisitos e um destes é o projeto.

A partir de então se identificou que a EMBRAPA já tem um padrão próprio de projetos que são identificados inicialmente por duas linhas de financiamentos, que são: custeio e investimento. A priori, isto não representa um problema, contudo o sistema de financiamento do PRONAF apresenta inúmeras possibilidades de financiamentos por linhas e características diferentes, sendo algumas com vantagens para grupos especiais ou regiões distintas. Sendo assim, alguns agricultores acabam perdendo a oportunidade de conseguir o empréstimo desejado. Por outro lado, o agricultor familiar que buscar o financiamento via PRONAF terá que organizar seu pedido dentro do padrão exigido pelo sistema e uma pequena parcela tem a capacidade de fazê-lo sem o apoio de grupos, empresas (como a EMBRAPA) ou sindicatos rurais.

Segundo dados levantados pela EMATER o número de pedidos de realização de projetos no município do Rio Grande (apenas para agricultura familiar) foi de 114 famílias, com um montante a ser financiado de R\$ 3.554.906,43 no ano agrícola de 2014/2015. Segundo o levantamento geral feito pela EMATER, outro grupo não muito expressivo (insignificante, segundo palavras do agrônomo responsável – EMATER) pede apoio para a organização dos documentos e projetos por outras instituições (sindicatos ou associações).

Quadro 5 – Pedido de auxílio para a organização de projetos em 2014/2015.

Período de 01/07/2014 a 30/06/2015		
Localidade	Nº de Produtores	Valor total por Localidade
Arraial	8	352.897,01
Banhado Silveira	1	6.543,89
Barra	1	20.000,00
Barra Falsa	1	8.428,96
Barro Vermelho	1	9.792,87
Bolaxa	1	35.320,00
Capão Seco	4	95.064,42
Carreiros	3	226.554,35
Coxilha	1	15.050,00
Ilha da Torotama	2	28.567,64
Ilha dos Marinheiros	4	60.666,54
Leonideo	16	412.025,57
Palma	9	229.534,50
Povo Novo	21	444.645,17
Quinta	22	607.259,46
Quitéria	3	51.963,40
Roça Velha	2	188.828,55
Sede	6	288.306,00
Senandes	3	399.374,00
Siola	4	54.884,10
Taim	1	19.200,00
Total	114	3.554.906,43

Fonte: EMATER Rio Grande. Elaboração: Eng. Agr. PEDRO DA SILVA FARIAS.

Esta fase da pesquisa está pautada nos dados fornecidos pela EMATER em virtude de ser a unidade dentro do município com a maior procura (por parte dos interessados em financiamentos e informações) e capacidade de fornecer a ajuda necessária para os indivíduos que buscam financiamento.

O segundo ator importante a se destacar neste processo é o Banco do Brasil que se constitui como intermediador financeiro, que neste caso vai ativar mais de 90% dos financiamentos do município via PRONAF. O restante dos financiamentos fica por conta do Banco Sicredi (Agência Centro – Rua Marechal Floriano Peixoto).

O sistema do Banco do Brasil no município opera com cinco agências com possibilidades de realizar este tipo de financiamento, contudo no ano agrícola de 2015 apenas três conseguiram operar, sendo que a agência Rio Grande (situada na

Rua Benjamim constante) só realizou financiamentos para o setor pesqueiro (pesca artesanal – PRONAF pesca). As outras duas agências registraram resultados distintos, ou seja, com valores e número de aprovações muito diferentes. A agência da Vinte Quatro de Maio (localizada na rua de mesmo nome da agência) apenas conseguiu aprovar dois financiamentos: um para a operacionalização de uma sala de ordenha para a localidade da Palma, no valor de 30.000,00 reais e outro para a compra de um trator usado na localidade da Ilha do Leonídio, no valor de 32.000,00 reais, totalizando 62.000,00 reais apenas de financiamento nesta agência¹⁰.

A agência da Vila da Quinta (localizada no bairro de mesmo nome) apresentou um número relativamente maior de financiamentos aprovados, com um valor monetário circunstancialmente superior, estando nesta agência a grande maioria dos financiamentos aprovados via PRONAF, estando distribuídos em quatro localidades: Vila da Quinta (Quitéria e Arraial), Povo Novo (Barro Vermelho), Ilha do Leonídio e Ilha dos Marinheiros. O valor aprovado para o financiamento via PRONAF nesta agência no ano agrícola de 2014/2015 foi de 9.982.824,00 reais, divididos em aproximadamente 300 contratos, sendo estes contratos firmados a partir de linhas de financiamento como, PRONAF Custeio e PRONAF Investimento.

O financiamento via PRONAF é disponibilizado em diversas linhas. Com a coleta de dados realizada no banco reconhecemos que uma família pode adquirir diferentes linhas de financiamento desde que esteja apto a receber crédito. Este fato foi levantado em virtude de não estarem próximos os valores de pedidos de financiamentos e projetos disponibilizados pela EMATER e Banco do Brasil.

Segundo o Gerente de negócios do Banco do Brasil da agência Vila da Quinta, o valor de aplicação só não foi maior, pois os recursos encaminhados a agência são proporcionais ao número de financiamentos que são pagos em dia. É subtraído do valor que poderia ser destinado para novos financiamentos e o valor de inadimplentes e/ou atrasados da agência. Para o valor aplicado disponibilizado para a agência ser maior, é importante que o valor de inadimplência e/ou de atrasos totais

¹⁰ O gerente da agência do Banco do Brasil - vinte e quatro de maio – comentou que este tipo de financiamento não é muito comum na agência, pois como esta agência localiza-se no centro da cidade o fluxo de correntistas possui suas economias mais voltadas a outros setores da economia. Afirmou também que estes dois contratos do PRONAF firmados na agência aconteceram por indicação da gerência da agência da vila da quinta.

por períodos semestrais seja inferior ou igual a 2% do valor total de transações realizadas, e no ano agrícola 2014/2015, os valores ultrapassaram 7% do valor total aplicado. Sendo assim os valores (montantes aplicados no ano agrícola em questão) disponibilizados para a agência foram reduzidos e também destinados em sua grande maioria para a linha do PRONAF Custeio, pois o maior número de inadimplentes da agência é da linha do PRONAF Investimento¹¹.

O terceiro ator a ser considerado como elemento fundamental de todo o processo, é o agricultor familiar. Sem ele não existiria todo este sistema produtivo e financeiro de base agrícola. O trabalho com os agricultores familiares que buscam o sistema de crédito pelo financiamento do PRONAF é sem dúvida, o elemento norteador desta pesquisa, não só pelo levantamento de dados e informações diretas, mas também para entender a dinâmica e as necessidades do pequeno produtor familiar que busca o aumento ou a manutenção de sua produção através destes incentivos/empréstimos disponibilizados pelo governo e/ou por outros.

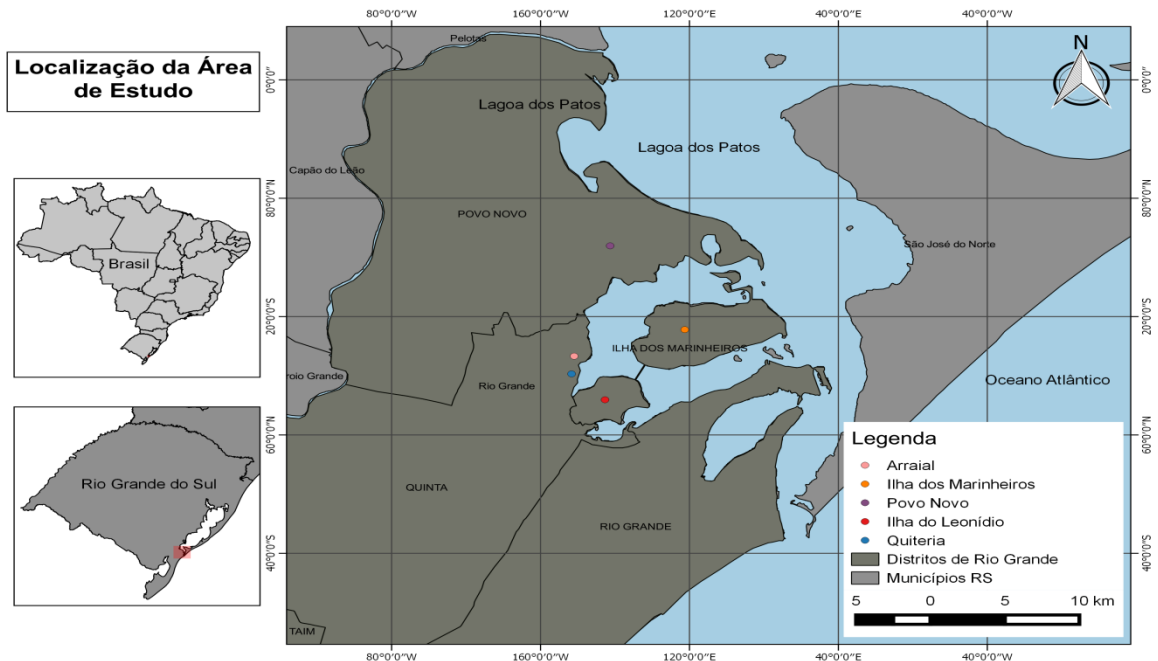
A pesquisa realizada com os agricultores familiares parte da identificação básica de localidades, principais produtos cultivados e médias de quantidades produzidas de produtos/ha, linhas de financiamento, utilização ou não do PRONAF e percentual de famílias com possibilidade de acesso a esta política pública. Dentro desta gama de beneficiados atribuídos ao PRONAF, procurou-se estabelecer o grau de satisfação, buscar também informações sobre a verba, se foi utilizada na integralidade para a finalidade proposta e identificar se existe a pretensão de nova aquisição de crédito pelo mesmo sistema (PRONAF), no futuro.

As entrevistas foram realizadas em pontos estratégicos de produção agrícola do município e onde surgiu o maior número de pedidos de financiamento. As Localidades pesquisadas foram a Vila da Quinta, tendo como referência o seu perímetro rural (as localidades da Quitéria e Arraial), a Ilha do Leonídio, a Ilha dos

¹¹ É importante informar que os dados levantados no Banco do Brasil – Vila da Quinta foram fruto de inúmeras visitas na agência (aproximadamente 6 meses), e foram dados adquiridos na informalidade e via oral, isto por que o banco não fornece os dados de contratos financeiros firmados por eles. Respeitando a privacidade pedida pelo gerente de negócios do banco, as informações foram registradas a partir de relatos orais e planilhas visualizadas nos computadores da agência.

Marinheiros e o Povo Novo (com a localidade do Barro Vermelho – localizada dentro do perímetro)¹².

Mapa 4 – Distribuição geográfica e localização da área de estudo no Município de Rio Grande.



Fonte de Dados: IBGE e FEPAM. SRC Selecionado EPSG (31982) SIRGAS 2000/ UTM Zone 22S. Elaborado por Camila Baptista

As imagens a seguir identificam algumas das propriedades e localidades visitadas durante a realização da pesquisa de campo em 2016.

¹²A escolha das localidades para a realização da pesquisa de campo partiu de um levantamento de áreas de produção familiar do município e da indicação do banco, que não forneceu nenhuma informação de localização dos correntistas e/ou dos beneficiados pelo financiamento por questão de sigilo bancário.

Figura 1 – Entrada da Propriedade (Ilha do Leonídio).



Fonte: Cristiano da Silva Amorim.

Figura 2 – Produção de Cebola (Ilha do Leonídio)



Fonte: Cristiano da Silva Amorim.

Figura 3 – Produção de repolho (Ilha do Leonídio).



Fonte: Cristiano da Silva Amorim.

Figura 4 – Produção de hortaliças (I. dos Marinheiros).



Fonte: Cristiano da Silva Amorim.

Figura 5 – Produção de hortaliças (I. dos Marinheiros).



Fonte: Cristiano da Silva Amorim.

Figura 6 – Produção de Hortaliças (Povo Novo).



Fonte: Cristiano da Silva Amorim.

Figura 7 – Produção de Morangos (Barro Vermelho).



Fonte: Cristiano da Silva Amorim.

Figura 8 – Produção de Hortaliças (Arraial)



Fonte: Cristiano da Silva Amorim.

Foi levantado e informado pelo banco que foram concedidos um montante de 300 financiamentos no período requerido, contudo o referido banco da localidade da Vila da Quinta, não tem a informação de quantos pedidos chegaram até a agência para o PRONAF.

Com base no número de financiamentos concedidos pela agência (300) no ano agrícola 2014/2015, a pesquisa de campo teve uma abrangência de 30 produtores, resultando em um percentual de 10% de famílias entrevistadas. Contudo, este número de entrevistas não representa apenas os beneficiados pelo financiamento, ou seja, está contido na pesquisa de campo um grupo de agricultores que conseguiram ou não o financiamento, mas que praticam uma agricultura familiar bastante expressiva no Município.

Com base nas entrevistas, nos resultados de levantamentos empíricos adquiridos *in loco* e conversas informais com os agricultores, passou-se para a fase da tabulação e representação gráfica destes dados.

Os questionamentos feitos às famílias buscaram nortear o andamento da pesquisa e em nenhum momento tentamos induzir possíveis respostas a favor ou contrário ao sistema de financiamento. Os questionamentos apresentados aos agricultores e que serviram como elemento balizador para a tabulação dos dados e entendimento da dinâmica geral da utilização do sistema de financiamento via PRONAF no município, estão apresentados no apêndice A.

A partir dos dados adquiridos e da tabulação (Apêndice B), foi possível estabelecer um entendimento sobre alguns pontos importantes levantados. Para isso, optamos por sistematizar os dados de acordo com os questionamentos aplicados aos agricultores.

Questão 1 – Localização distrital da propriedade no município do Rio Grande:

O questionamento 1, faz referência a localidade da propriedade visitada e entrevistada, foi realizado a partir da espontaneidade dos entrevistados, com isso vale lembrar que algumas famílias visitadas não aceitaram participar da pesquisa. Cada localidade visitada apresenta uma realidade específica quando se trata de número de produtores, sendo assim, em algumas localidades foram aplicadas mais entrevistas do que em outras.

Foram visitados ao todo quatorze (14) propriedades de agricultores familiares na Ilha do Leonídio, dez (10) propriedades na Ilha dos Marinheiros, quatro (4) propriedades no Povo Novo (sendo 1 na localidade de Barro Vermelho) e duas (2)

na Vila da Quinta (Quitéria), completando assim um total de trinta (30) propriedades participantes da pesquisa. A distribuição geográfica das localidades no município pode ser visualizada no mapa 4.

Questão 2 – Tamanho das propriedades (em hectares).

O questionamento 2, teve como base o tamanho de cada propriedade em hectares (ha), pois a questão buscava o entendimento da caracterização da propriedade familiar pelo número de módulos fiscais, que são definidos para cada município e caracteriza a definição de agricultura familiar.

Com relação às dimensões das propriedades encontramos uma grande diversidade, partindo desde dois (2) ha, ou seja, encontramos propriedades que partem de uma pequena fração de um módulo fiscal municipal, a outros espaços que ultrapassam a medida estipulada para ser caracterizada como pequena propriedade, sendo então classificada como média propriedade, com a cento e cinquenta (150) ha, ou seis (6) módulos fiscais. Este caso específico (propriedade com 150 ha) foi colocado na pesquisa pelo fato da família ainda trabalhar e tirar seu sustento da propriedade, tendo sazonalmente auxílio de mão de obra externa. Assim a característica predominante da agricultura familiar foi respeitada, mesmo entendendo que o um espaço é relativamente maior que as outras propriedades visitadas o que foi determinante para o entendimento da pesquisa foi a característica familiar da produção.

Ainda com relação a dimensão da propriedade é importante lembrar que o tamanho médio das propriedades se encontra em torno de vinte (20) ha de área total, tendo quatro (4) ha em média de área produzida, como representado no quadro 6.

Quadro 6 – Tamanho das propriedades dos entrevistados (ha).

Média da área total	Média da área produzida	Mínimo	Máximo
20	4	2	150

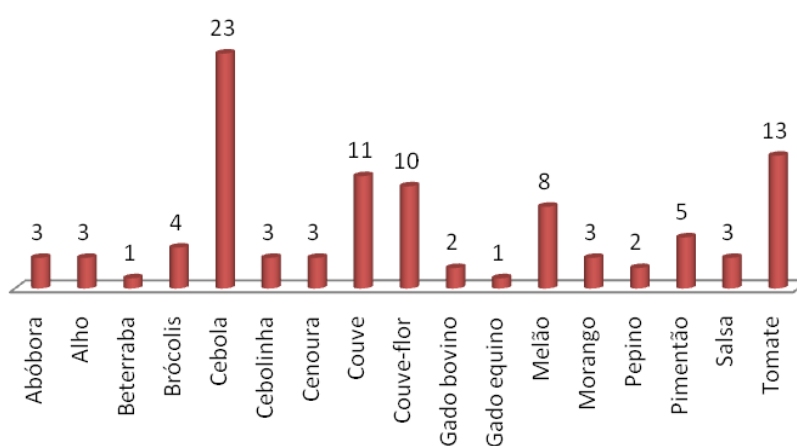
Fonte: Trabalho de Campo, 2016.

É também relevante considerar que do montante de entrevistas aplicadas apenas três (3) entrevistados desconheciam o tamanho da propriedade, não sabendo responder com exatidão qual a área total e a área produzida¹³.

Questão 3 – Tipos de produção e quantidade média produzida:

O questionamento 3, buscou levantar o tipo de produto e a quantidade média produzida por ha.

Estes dados levantados não foram fornecidos com tanta precisão, visto que em virtude da diversidade produtiva da região, os produtores falaram apenas os produtos que lembravam na hora da entrevista, sem apresentar nenhum documento que comprovasse o tipo de produto cultivado ou o montante produzido. Sendo assim acredita-se que alguns produtos possivelmente não foram mencionados pelos agricultores, embora façam parte do conjunto da produção.

Gráfico 4 – Atividades reportadas pelas famílias entrevistadas.

Fonte: Trabalho de Campo, 2016.

¹³ No momento da pesquisa, ao entrar nas propriedades e apresentar o motivo da pesquisa, o entrevistado não era o proprietário, mas sim outro membro familiar ou funcionário da propriedade, e sendo assim, aconteceu de este indivíduo entrevistado não saber o tamanho da propriedade.

O gráfico 4 apresenta os cultivos agrícolas e as atividades pecuárias reportadas pelas famílias. As cifras em cada produto indicam o número de propriedades que o produz. A atividade mais comum é o cultivo de cebola (23 das 30 propriedades pesquisadas), onde a produtividade média deste cultivo está entre 20 mil e 30 mil kg/ha e a atividade menos comum encontrada foi a referente a criação de gado equino (só uma propriedade).

Este gráfico apresenta parte representativa dos produtos presentes na região, demonstrando assim a diversidade encontrada. Cada produto respeita sua condição sazonal permitindo assim uma contínua produção ao longo do ano, o que pode ser considerado um importante fator na aquisição de financiamentos e/ou incentivos públicos.

Questão 5 – Composição familiar, nº de indivíduos.

Questão 4.1 – Quantos indivíduos do gênero masculino?

Questão 4.2 – Quantos indivíduos do gênero feminino?

Os questionamentos 4, 4.1 e 4.2, levantam apenas para a composição dos dados para a pesquisa e futuros estudos de comparação e evolução familiar, a composição familiar por gênero. O quadro 7 representa a composição atual das famílias.

Quadro 7 – Composição por gênero das famílias entrevistadas.

Gênero	Nº de indivíduos	%
Homens	66	53%
Mulheres	58	47%
Total	124	100%

Fonte: Trabalho de Campo, 2016.

Fica claro com esta exposição que há certo equilíbrio entre a composição por gênero, com uma leve superioridade no número de homens em relação ao de mulheres, também seguindo um padrão de predominância masculina relacionada as atividades agropecuárias.

Quadro 8 – Tamanho das famílias entrevistadas.

Número médio de pessoas	Mínimo	Máximo
4	1	8

Fonte: Trabalho de Campo, 2016.

O tamanho médio das famílias segue a tendência brasileira, que hoje já está abaixo do indicado pela ONU, que é de 2,1 filhos por família, mantendo assim o equilíbrio populacional.

Estes dados estão representando a condição demográfica das propriedades, ou seja, número de pessoas que vivem e sobrevivem da produção da propriedade familiar. Dentro deste sistema de trabalho familiar, há também dentro desta composição alguns membros familiares que além de trabalharem na propriedade de sua família também trabalham fora, por diversos motivos pessoais, como: complementação de renda, por possuírem outras formações profissionais e outros.

Os questionamentos a seguir buscam basicamente entender as relações dos entrevistados com os sistemas de financiamento entre eles o PRONAF.

Questão 5 – A família conhece algum programa de financiamento proveniente de políticas públicas disponibilizadas pelo Governo Federal?

O questionamento 5, é introdutório, porém importante para o prosseguimento da entrevista. Ele questiona se a família conhece algum tipo de financiamento proveniente de políticas públicas federais.

Gráfico 5 – Conhecimento por parte das famílias entrevistadas, sobre programas de financiamento disponibilizados através de políticas públicas federais.



Fonte: Trabalho de Campo, 2016.

O gráfico 5 revela que 93% dos entrevistados conheciam algum tipo de financiamento disponibilizado através de políticas públicas federais.

Questão 5.1 – Em caso de resposta positiva, de que maneira (órgão oficial ou outro sistema de informação) foi informado da existência deste programa de financiamento?

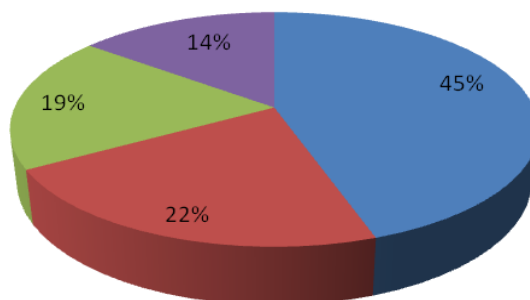
O questionamento 5.1, buscou entender de que maneira a família teve contato com esta informação de financiamento.

A indagação busca compreender, se de alguma maneira a família é informada por órgãos (oficial ou não oficial) que buscam forçar e/ou induzir de qualquer maneira a busca por estes tipos de financiamentos.

Gráfico 6 – Maneira pela qual recebeu informação sobre a existência de programas de financiamento via políticas públicas federais.

Questão 5.1.

■ EMATER ■ Banco do Brasil ■ EMATER e Banco do Brasil ■ Outro



Fonte: Trabalho de Campo, 2016.

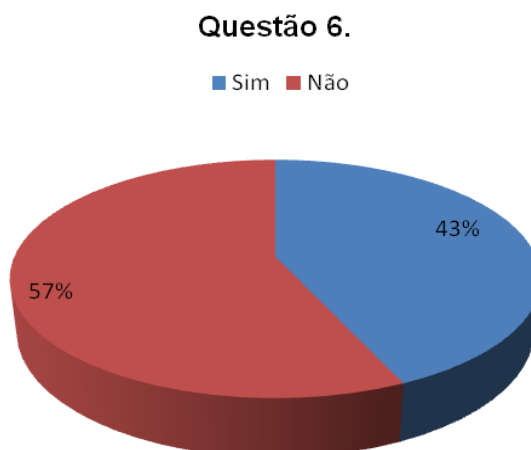
O Gráfico 6 referente ao questionamento 5.1, revela que as famílias recebem as informações de diferentes fontes, contudo a EMATER, que representa a assistência técnica, tem uma relevância mais significativa sobre as outras fontes de informações¹⁴.

Questão 6 – A Família utiliza algum programa de financiamento proveniente de políticas públicas disponibilizadas pelo governo federal?

O questionamento 6, busca identificar a situação da família, com relação a utilização de algum sistema de financiamento disponibilizados pelo governo federal.

¹⁴O item “Outros” levantado na questão 5.1, faz referência, segundo as informações dos entrevistados, as informações conseguidas através de sindicatos, agropecuárias e outros fornecedores de insumos agrícolas.

Gráfico 7 – Utilização recente de financiamentos feitos através de programas federais.



Fonte: Trabalho de Campo, 2016.

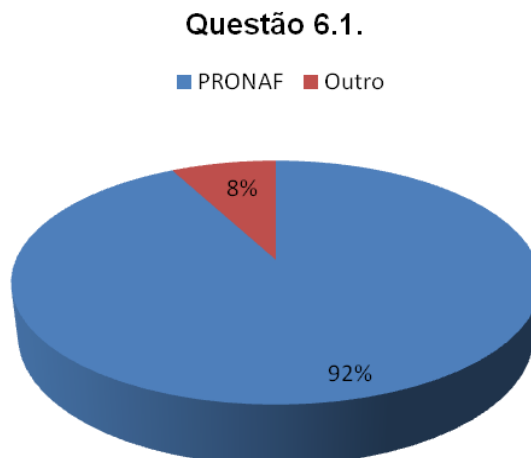
Com relação às famílias que participaram da pesquisa, observa-se que uma quantidade relativamente maior de famílias não utiliza financiamentos.

Neste questionamento, foi relatado por alguns entrevistados por quais razões não buscam financiamentos e/ou ajuda para suas produções via empréstimos ou afins. Em nenhum momento da entrevista foi perguntado o motivo pelo qual não buscam esse tipo de negociação, contudo a espontaneidade dos entrevistados levou alguns a relatarem a insegurança ou a insatisfação de realizarem financiamentos ou transações bancárias pelo fato posterior de vínculo com os mesmos.

Questão 6.1 – Em caso de resposta afirmativa, qual programa?

O questionamento 6.1, procura reconhecer, no caso de resposta afirmativa do questionamento seis (6), qual financiamento a família buscou.

Um fato importante a ser levantado neste momento é que em virtude da grande maioria das respostas apresentarem o PRONAF como principal fonte, os outros financiamentos estão agrupados para facilitar o entendimento e representar com mais propriedade o real interesse do trabalho. Como as respostas surgiram de maneira natural os dados foram agrupados da seguinte forma no gráfico representativo.

Gráfico 8 – Qual financiamento foi adquirido pela família?

Fonte: Trabalho de Campo, 2016.

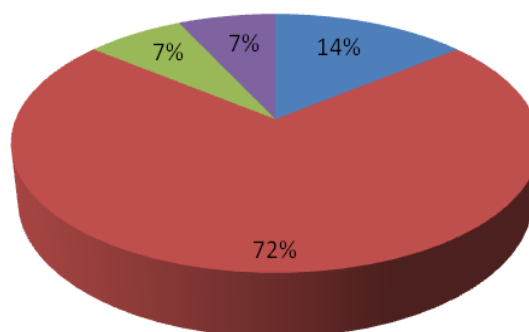
Questão 6.2 – Este programa exige alguma garantia de produção ou apresenta alguma linha especial de financiamento?

O questionamento 6.2, também se apresenta como um elemento complementar, mesmo que sem nenhum conhecimento prévio dos complementos das respostas dadas no questionamento 6 este questionamento funcionou como uma resposta as inseguranças apresentadas nas respostas do item 6.

Este 6.2 procurou encontrar a existência ou não de garantias, exigidas e/ou cobradas pelas instituições financeiras para a liberação do financiamento pretendido por cada família.

Gráfico 9 – Estabelecimento de garantias para a liberação do financiamento.**Questão 6.2.**

■ Avalista ■ Avalista e Propriedade ■ Propriedade ■ Sinal

**Fonte: Trabalho de Campo, 2016.**

Como verificado na observação dos dados representados no gráfico número 9, o sistema financeiro mesmo que disponibilizando financiamentos que tinham como garantias o apoio do governo federal, sempre exige uma garantia para a aquisição dos financiamentos. Foi percebido também que 72% dos entrevistados colocaram como garantia para o financiamento algum avalista e mais sua propriedade. Segundo informação do gerente de negócios do Banco do Brasil (Vila da Quinta), as garantias são exigidas para tentar garantir o pagamento dos financiamentos e com relação ao tipo de garantias o gerente informou que o sistema não pode requerer os equipamentos e ferramentas da família em virtude do tempo do financiamento e das possíveis relações de conservação dos equipamentos, por estes motivos são exigidos avalistas e as propriedades como garantias máximas.

Entende-se a partir de tal informação, as inseguranças das famílias tanto em estabelecerem relações com os bancos, quanto em adquirirem financiamentos, pois os vínculos e os acordos se não forem cumpridos da forma acordada as penas a serem exigidas são pesadas, segundo os relatos dos entrevistados. As perdas constantes de produção, a falta de conhecimento sobre os contratos e a relação com a Terra e com os avalistas são para estes atores os elementos fundamentais para a não contratação de financiamentos, como relataram no questionamento 6.

Questão 7 – A família conhece o PRONAF?

O questionamento 7, parte para o entendimento que os agricultores familiares possuem referente ao PRONAF. Como já havia sido mencionado anteriormente, mesmo que sem a indagação do questionário, os dados encontrados no questionamento 7 é muito semelhante com os dados já encontrados anteriormente no trabalho.

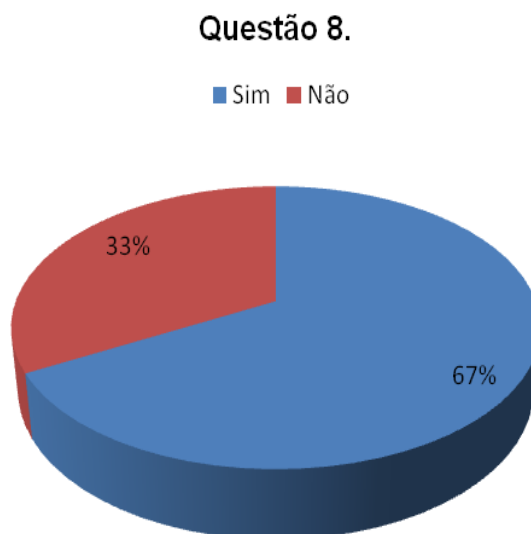
Gráfico 10 – A família conhece o PRONAF?

Fonte: Trabalho de Campo, 2016.

O gráfico identifica que 93% dos entrevistados já conheciam o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF.

Questão 8 – A família já utilizou o financiamento do PRONAF?

O questionamento 8, identifica se o sistema já foi utilizado pelas famílias entrevistadas. Como identificado, 67% dos entrevistados utiliza ou já utilizou o PRONAF.

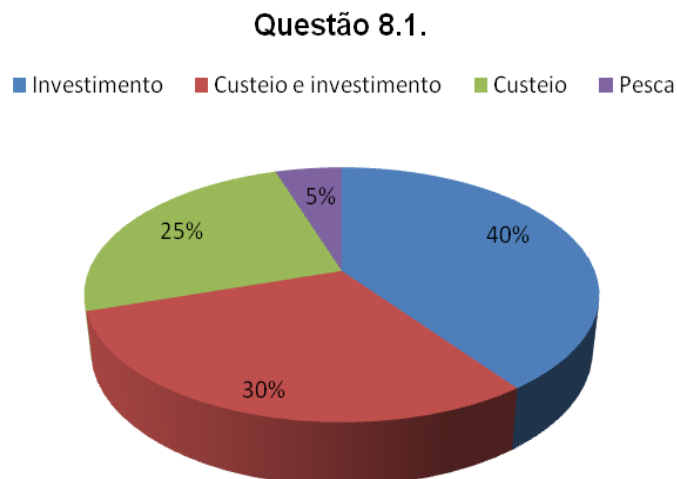
Gráfico 11 – Já utilizou o PRONAF?

Fonte: Trabalho de Campo, 2016.

Questão 8.1 – Qual a linha de financiamento?

O questionamento 8.1, identifica a linha de financiamento dos financiamentos conseguidos via PRONAF.

O PRONAF disponibiliza uma gama de possibilidades de financiamentos, mesmo assim foram identificadas poucas linhas efetivamente utilizadas no município.

Gráfico 12 – Linhas de financiamento do PRONAF utilizadas.

Fonte: Trabalho de Campo, 2016.

Dentre as linhas de financiamento disponibilizadas pelo PRONAF, os agricultores familiares entrevistados que conseguiram o crédito trabalharam principalmente com as linhas referentes ao custeio e ao investimento e em virtude de alguns agricultores trabalharem também com o sistema pesca artesanal, foi citada também a linha do PRONAF Pesca, que beneficia os pescadores como atores do setor primário. Foi identificado, que algumas famílias conseguiram mais de um financiamento, trabalhando tanto com o custeio quanto com o investimento.

Quando o investimento se apresentava como linha de financiamento conseguida os entrevistados a compra de trator se apresentou como o principal motivo do crédito.

Questão 8.2 – Qual motivo levou a família a utilizar o PRONAF?

O questionamento 8.2, revela o motivo pelo qual a família buscou o PRONAF como financiamento.

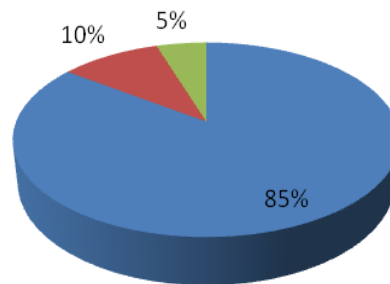
É importante salientar que este questionamento levanta a idéia inicial pelo qual a família buscou o financiamento via PRONAF e não o destino final do valor recebido, pois como se sabe diversos acontecimentos podem ocorrer no período do trâmite do pedido de crédito que possa vir a modificar a utilização do valor conseguido. Contudo o valor recebido com a aprovação do crédito é para um determinado fim e por este que será cobrado o valor financiado.

Dentre os motivos levantados pelos entrevistados, o investimento em fatores que possibilitem uma melhor produtividade como a compra de tratores e ferramentas estão em grande vantagem, mesmo assim encontramos ainda famílias que buscam o financiamento para adquirirem capital para a ajuda no custeio da produção, e outras famílias buscam este programa por que dentro do sistema financeiro disponibilizados para a agricultura familiar este é o programa que apresenta na atualidade as menores taxas de juros do mercado. O gráfico 13 identifica as porções de cada tipo de aquisição.

Gráfico 13 – Motivo da aquisição do financiamento – PRONAF.

Questão 8.2.

■ Investimento em fatores produtivos ■ Capital para o processo produtivo
■ Taxas baixas



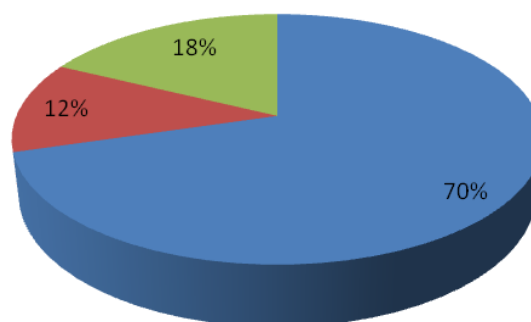
Fonte: Trabalho de Campo, 2016.

Como identificado os fatores que possibilitam uma melhora produtiva foram as principais causas de investimentos dos recursos levantados pelas famílias e com isso foram elencados alguns itens aqui identificados.

Gráfico 14 – Fatores que possibilitaram a melhora na produção e que mais se investiu.

Fatores produtivos nos quais se investiu.

■ Trator ■ Irrigação ■ Outros (sementes, adubo, redes, etc.)

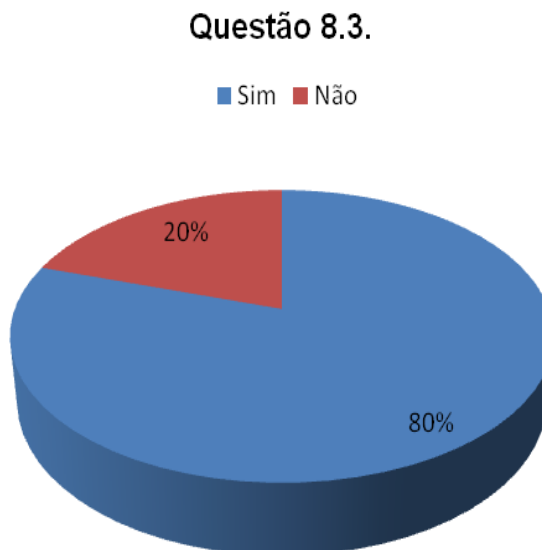


Fonte: Trabalho de Campo, 2016.

Questão 8.3 – Na tentativa de financiamento pelo PRONAF utilizou algum órgão oficial que tenha auxiliado no processo?

O questionamento 8.3, surgiu com o interesse de identificar a existência de órgãos que tenham dado apoio às famílias no processo para a aquisição do financiamento.

Gráfico 15 – Utilização de órgãos oficiais na tentativa de financiamento – PRONAF.



Fonte: trabalho de campo, 2016.

Este questionamento se apresenta como elemento fundamental para o entendimento do questionamento 8.1, pois com o apoio de algumas entidades na conquista do financiamento fica claro a linha de preferência de alguns órgãos, como é o caso da EMATER que realiza a organização de projetos para os financiamentos do PRONAF e normalmente apresenta sempre a mesma linha de projetos (custeio e investimento), explicando o real motivo da existência de tantos financiamentos sendo solicitados por estas linhas.

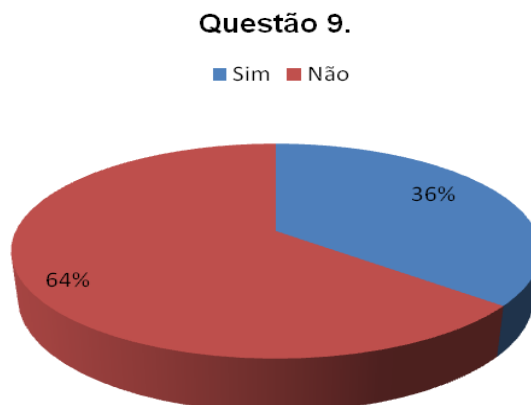
Questão 9 – Pretende utilizar novamente este tipo de financiamento?

O questionamento 9, já requerendo informações sobre as pretensões futuras, buscou identificar se as famílias pretendem continuar utilizando este sistema de financiamento subsidiado pelo sistema federal.

A resposta a este questionamento surge de forma muito interessante, pois em praticamente todas as entrevistas o programa apresentou certa satisfação na

aquisição e na utilização do financiamento. Mesmo assim apenas 36% dos entrevistados afirmaram que pretendem continuar adquirindo o financiamento, como pode ser identificado no gráfico número 16.

Gráfico 16 – Pretensão de renovação ou nova aquisição de financiamento via PRONAF.



Fonte: Trabalho de Campo, 2016.

Questão 10 – Em linhas gerais, qual é a sua avaliação sobre o programa de financiamento que a família adquiriu? (não PRONAF)

Ótimo – O programa atendeu plenamente as expectativas pretendidas com o financiamento;

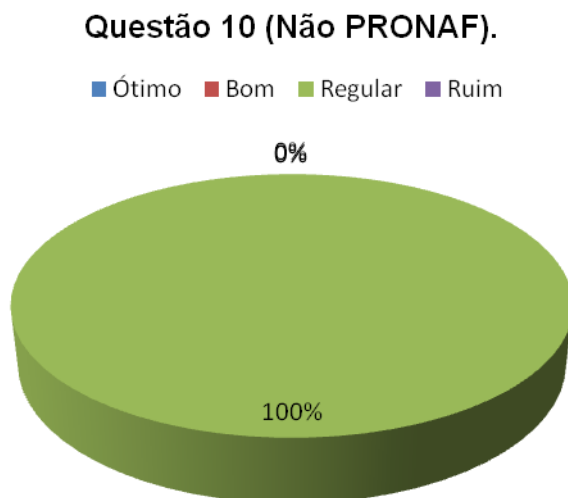
Bom – O programa atendeu as necessidades como qualquer outro programa de financiamento;

Regular – O programa atendeu as necessidades, mas não plenamente;

Ruim – O programa não atendeu as necessidades básicas pretendidas com o financiamento.

O questionamento 10 faz referência à satisfação na aquisição de financiamento financeiro fora o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

Gráfico 17 – Satisfação por parte das famílias com relação aos financiamentos adquiridos (não PRONAF)



Fonte: Trabalho de Campo, 2016.

A satisfação classificada como regular sobre os financiamentos adquiridos fora o PRONAF, foi identificada na totalidade dos entrevistados.

Questão 11 – Em linhas gerais, qual é a sua avaliação sobre o programa de financiamento? (PRONAF)

Ótimo – O programa atendeu plenamente as pretensões que se pretendia com o financiamento;

Bom – O programa atendeu as necessidades como qualquer outro programa de financiamento;

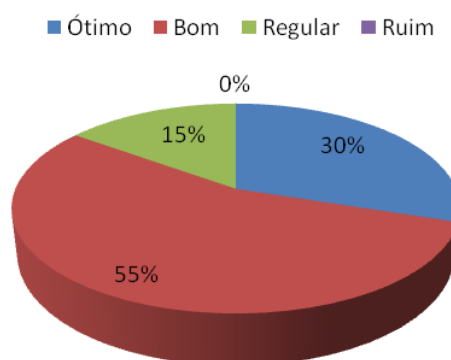
Regular – O programa atendeu as necessidades, mas não plenamente;

Ruim – O programa não atendeu as necessidades básicas pretendidas com o financiamento.

O questionamento 11 se refere à satisfação na aquisição de financiamento financeiro via Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

Gráfico 18 – Satisfação por parte das famílias com relação aos financiamentos adquiridos via PRONAF.

Questão 11 (PRONAF).



Fonte: Trabalho de Campo, 2016.

Como apresentado no gráfico 18, os índices de satisfação máxima do financiamento via PRONAF só atingiu 30% dos entrevistados, tendo ainda como entendimento definido como bom, uma porcentagem de 55% e regular 15%, não sendo classificado como ruim por nenhum dos entrevistados na pesquisa de campo.

Com a conclusão e análise das entrevistas realizadas, foi possível ter uma real compreensão de como o trabalho das famílias é fundamental, tanto para a produção, como para a manutenção do sistema econômico local. A receptividade com os pesquisadores, as respostas, que muitas vezes faltava precisão, o amor a terra e o orgulho de produzir bens tão importantes para a vida, permitiram compreender que existe uma preocupação com a produção e perspectivas positivas quanto a permanência no campo.

O trabalho de campo referenciou e tornou praticamente físico o entendimento das relações existente entre os três atores identificados aqui. É perceptível a relação de confiança existente entre os técnicos da EMATER e os agricultores familiares, mesmo quando se sabe que o contingente de técnicos seja tão baixo e reconhecendo a precariedade das condições de trabalho que o sistema do governo estadual lhes oferece para tanto. É perceptivo também o trabalho realizado pelos agentes bancários (gerentes e funcionários), principalmente os que trabalham em agencias mais distantes como a da Vila da Quinta, onde há uma relação direta com os produtores e com a realidade produtiva e de trabalho de cada um. Estes agentes

buscam por atividade profissional organizar de todas as formas os negócios a serem firmados pelos produtores e o banco, mas, sobretudo, tentam já por uma ordem humana, ajudar da melhor maneira possível os agricultores principalmente familiares para que o sistema aprove e a família consiga, dentro de uma ordem financeira, não sair com dúvidas ou ser futuramente lesada pelo sistema¹⁵.

O que completa a tríade de atores e faz a conexão para que o processo todo tenha sentido são os agricultores familiares, e estes completam o cenário deixando tudo funcionando e nos seus devidos lugares.

Reconhecer nestas famílias a produção dos alimentos, a compreensão ou a tentativa dela, com a visita dos técnicos (como os da EMATER) para treinamentos ou apresentação de novas técnicas e ainda procurar, se organizar, buscar condições para conseguir fazer parte de um programa como o PRONAF, é de uma grandeza impressionante, pois quem conhece a realidade produtiva dos agricultores familiares reconhece a dificuldade que é atuar neste espaço e com todas estas adversidades e não desistir.

¹⁵ A decisão de fazer este relato pessoal, é que passei visitando semanalmente o banco da Vila da Quinta por mais de quatro (4) meses e pude perceber que apesar de eu não receber todas as informações que precisava, por diferentes motivos, presenciei muitos momentos de negociações e fui apresentado a parte burocrática do sistema por dentro e sempre percebi uma as tentativas de sanar os entraves pelos funcionários com boa vontade e dedicação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar a pesquisa, se percebe o quanto se poderia aprofundar as análises, com a busca de informações, levantando dados, compilando-os e acima de tudo, conversando, trocando idéias e experiências com as pessoas que realmente buscam possibilidades de mudanças, ou mesmo, continuar falando e captando as boas informações e sentimentos das pessoas que trabalham na terra, buscando melhorias nas suas produções e ajudando a mudar a situação atual do campo brasileiro em diferentes escalas.

Os levantamentos realizados neste trabalho de pesquisa mostram e alertam sobre uma realidade que não está nos grandes debates políticos e sociais, e não estando nos holofotes dos interesses públicos, parecem invisíveis aos olhos da sociedade. Trata-se do abandono social e político de uma parcela significativa da produção agrícola do município de Rio Grande, os agricultores familiares.

Com o intuito de uma reflexão final sobre a indagação geradora que pautou este trabalho de pesquisa, ou seja, buscando entender como as políticas públicas agem ou colaboram para o desenvolvimento da produção agrícola no município do Rio Grande e como a agricultura familiar do município está tendo acesso a este apoio governamental (com foco no PRONAF), que por vezes auxiliam em momentos delicados e/ou críticos da economia da familiar agricultora, na forma de empréstimos, é que relembro de alguns pontos.

A política busca uma visão aristotélica, faz referência às condições de relações de convivência, troca de idéias e interesses que posteriormente possam fazer ou trazer alguma satisfação maior e um bem comum a sociedade. Por outra linha, buscando uma visão maquiavélica, a política faz referência direta ao poder, e entende que o poder é o elemento pelo qual os fins são atingidos.

Confrontando estes pensamentos (as duas visões) sobre política, e fazendo uma analogia sobre como o cenário nacional se desenvolveu, os meios e os fins

para chegarmos a este atual grau de atuação produtiva e mercadológica em diferentes escalas, se entende um pouco mais como a situação brasileira se desenrolou até aqui!

Entender a dinâmica política compreendendo-a como uma ação das relações humanas em qualquer local e percebendo como a humanidade exerce as suas funções políticas utilizando muitas vezes o poder de atuações sobre fatos, casos e situações, compreende-se a complexidade das relações da sociedade. Já o governo entende-se como a autoridade governante de uma nação ou uma unidade política formada pelo seu povo, seu território e sua soberania, e sendo assim é o ponto concentrador do poder administrativo que se utiliza da política para juntamente com a sociedade (como seu representante) elaborar políticas públicas relevantes.

Quando a política consegue, através de seus representantes legais reconhecidos aqui como governo, atuar legislando em prol do bem social comum o desenvolvimento de fato aparece e mostra resultados significativos na sociedade em que atua. No caso brasileiro por muito tempo o desenvolvimento se deu com uma visão maquiavélica, onde dentro do sistema político a história nos mostra a atuação do poder como elemento central. Pautada em um poder político centralizador, segurada na figura de um sistema de concentração de terras, a política agrária do Brasil se desenrolou tendo como destaque inicial a exploração sem limites desde o descobrimento e seguiu passando por diferentes tipos de governos e sistemas governamentais que sempre buscavam através do poder concentrador legislar por causa própria (para uma pequena população burguesa com grande parcela de terras).

Os apelos sociais, a favor de políticas mais contundentes para a agricultura, ganham força com o avançar do tempo e foram ganhando novos adeptos a partir do desenvolvimento urbano e da necessidade de maior quantidade de alimentos. O êxodo rural, a industrialização, a revolução urbana, entre outros fatores, foram condições negativas para a agricultura que mesmo assim conseguiu continuar existindo e se adaptando as novas realidades da atualidade. Grandes latifúndios, mecanização e tecnificação da produção, além do incentivo a exportação com o intuito de melhorar a economia nacional (exportação de commodities) fez com que a

agricultura familiar fosse marginalizada no cenário produtivo e esquecida pelo sistema político governamental.

Novos avanços sociais, mudanças políticas e governamentais transformaram a agricultura nacional. O Estatuto da Terra, a Lei de Terras e posteriormente o PRONAF entre outras políticas, foram de grande valia, assim como a criação de sistemas governamentais ou departamentos ou até mesmo ministérios e secretarias destinados basicamente a criação de políticas públicas para favorecer o desenvolvimento e gerar algum tipo de apoio por parte do Estado aos agricultores familiares, pois como se sabe é basicamente este grupo que produz a maior parte da produção de alimentos que abastece o mercado interno.

Após relembrar fatos relevantes, faz-se necessário ressaltar que dentre os sistemas de políticas públicas voltados para a agricultura, o PRONAF teve grande destaque nesta dissertação, visto que a agricultura familiar teve também um destaque especial.

A criação do PRONAF como política pública voltada á agricultura familiar foi um verdadeiro divisor de águas no cenário político nacional, visto que em nenhum dos momentos de desdobramentos políticos anteriores forem feitos tantos avanços para apoiar de maneira efetiva este grupo produtivo tão importante. É também importante lembrar que este é um sistema de financiamento bancário e por isso tem todos os riscos já conhecidos do sistema financeiro, mesmo assim o PRONAF é considerado um marco e um grande passo para possíveis avanços políticos de apoio a agricultura familiar.

Nesta pesquisa, percebeu-se que alguns atores surgiam e completavam a teia de um sistema complexo e integrado que busca uma organização social, política e produtiva de parte do sistema agrário. A tríade formada pelos bancos (em Rio Grande o Banco do Brasil) representando o sistema financeiro, a EMATER, em especial, representando a assistência técnica e as famílias responsáveis por esta parcela produtiva reconhecida como agricultura familiar, forma as bases do Programa Nacional de Fortalecimento Familiar (PRONAF) que aqui foi apresentado.

O entendimento de políticas públicas por parte dos agricultores e suas famílias, segundo os dados levantados por esta pesquisa e por outros pesquisadores referenciados aqui, mostram que não está muito claro, digo, muitas vezes foi relatado o entendimento confuso e distorcido sobre as verdadeiras características deste programa. Em vários relatos a interpretação de política pública se confunde com o atual sistema político nacional, criando uma condição de repúdio e desconfiança sobre o conceito, deixando claro, muitas vezes que tudo que possa vir do governo (enquanto administrador) possa ser prejudicial ao produtor ou a sociedade atual.

Mesmo assim o PRONAF tem uma aceitação considerável entre os produtores mais esclarecidos politicamente, ou os que já acessaram o crédito de financiamento. Isto também não quer dizer que quem já adquiriu este tipo de financiamento (via PRONAF) o fará novamente. O fato da aceitação e reconhecimento do programa como uma política pública importante não necessariamente o coloca como um programa pleno e de aceitação sem questionamentos.

A partir das análises, fica claro que as políticas públicas são de grande importância para o desenvolvimento do sistema agrícola de base familiar e que em especial o PRONAF tem ajudado e cumprido seu papel inicial que é auxiliar e fortalecer a agricultura familiar. O agricultor familiar por sua vez, ainda necessita de mais auxílio técnico e acesso às informações para conseguir compreender o quanto pode aproveitar e como viabilizar o uso das políticas públicas que possam contribuir para o desenvolvimento produtivo e como isso pode atuar diretamente na sua melhora social.

A desconfiança governamental e financeira são os elementos que pesam mais no entendimento dos agricultores familiares com relação aos financiamentos, mesmo os que são disponíveis através de políticas públicas como o PRONAF, já que este é desde o seu surgimento o principal programa de auxílio a agricultura familiar. Percebe-se que com a possibilidade de apoio de políticas públicas para a agricultura familiar que o cenário passou a ser mais visado e valorizado por outras instâncias de governos, como, o municipal e o estadual, pois além de valorizar a produtividade e reconhecer o produto produzido como elemento fundamental, se

reconhece também um novo olhar social, visto que os elementos sociais componentes das famílias agricultoras passam a ser membros mais ativos dos centros econômicos locais, comprando, vendendo e contribuindo para a movimentação econômica local e por vezes regional.

A história vem nos mostrando a real transformação que vem acontecendo desde o princípio com a renda feudal até a atual renda fundiária capitalista, e que o sistema agrário sempre foi de grande importância no mundo e desde o capitalismo comercial buscamos o entendimento e o reconhecimento para esta atividade produtiva. A evolução nos fez reconhecer o trabalho da agricultura familiar dentro deste sistema maior, e assim entendendo que é possível realizar um trabalho político e governamental que contemple este grupo para que se busque um melhor produto, junto com uma produção suficiente e que obtenha um valor econômico justo para a manutenção do sistema, somente assim será possível o reconhecimento do real poder dos agricultores familiares, tanto no município de Rio Grande como em qualquer outro local onde esta atividade se desenvolve.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R.; VEIGA, J. E. **Novas instituições para o desenvolvimento rural: o caso do Programa de nacional de fortalecimento da agricultura familiar (PRONAF)**. Brasília: IPEA, 1999.

ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 4. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004.

ANJOS, F. S. et al. Agricultura familiar e políticas públicas: o impacto do PRONAF no Rio Grande do Sul. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Porto Alegre, v. 42, n. 3, p. 529-548, 2004. Disponível em: <<http://goo.gl/xHEAJ1>>. Acesso em: 05 jul. 2015.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf Investimento**. Rio de Janeiro, [2015]. Disponível em: <<http://goo.gl/nb4TIH>>. Acesso em: 15 maio 2015.

BIANCHINI, V. **O universo da agricultura familiar e sua contribuição ao desenvolvimento rural**. REDCAPA. Rio de Janeiro. 2005

BRASIL. **Decreto n.º 1.946, de 28 de junho de 1996**. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e dá outras providências. Disponível em: <<http://goo.gl/hu4aLA>>. Acesso em: 19 jul. 2015.

_____. **Lei complementar n.º 131, de 27 de maio de 2009**. Disponível em: <<http://goo.gl/OayiN8>>. Acesso em: 16 maio 2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Políticas públicas para agricultura familiar**. Brasília, 2013. Disponível em: <<http://goo.gl/a6Kj8o>>. Acesso em: 15 maio 2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria da Agricultura Familiar. **Linhas de crédito**. Brasília, 2015. Disponível em: <<http://goo.gl/TiaEyt>>. Acesso em: 17 jun. 2015.

_____. **Pronaf sustentável: plano de desenvolvimento sustentável da unidade familiar**. Brasília, [2010]. Disponível em: <<http://goo.gl/g8b1Hr>>. Acesso em: 15 maio 2015.

BROSE, M. **Agricultura familiar, desenvolvimento local e políticas públicas: nove anos de experiência do projeto PRORENDA AGRICULTURA FAMILIAR no Rio Grande do Sul**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999.

BRUYNE, P.; HERMAN, J.; SCHOUTHEETE, M. **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais**. 5.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.

CADERNAU: cadernos do Núcleo de Análises Urbanas. Rio Grande, v. 1, n. 1, 2007.

CARNEIRO, M. J. **Política pública e agricultura familiar: uma leitura do Pronaf. Estudos, sociedade e agricultura**, Rio de Janeiro, n. 8, p. 70-82, abr. 1997. Disponível em: <<http://goo.gl/u8dgDo>>. Acesso em: 05 jul. 2015.

CARNEIRO, M.J. Em que consiste o familiar da agricultura familiar? In: COSTA, L. F. C.; FLEXOR, G.; SANTOS, R. **Mundo Rural Brasileiro. Ensaios interdisciplinares**. Rio de Janeiro. Mauad X; Seropédica, RJ: EDUR, 2008.

CASTRO, C. N.; RESENDE, G. M.; PIRES, M. J. S. **Avaliações dos impactos regionais do Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF)**. Texto para discussão / Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – Brasília. Rio de Janeiro. IPEA, 2014.

CASTRO, C.; DEBIASI, H.; FRANCHINI, J. C.; HIRAKURI, M. H.; PROCÓPIO, S. O.. **Sistemas de produção: conceitos e definições no contexto agrícola**. Londrina, Pr. Embrapa Soja, 2012.

DENARDI, R. A. Agricultura familiar e políticas públicas:alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável. **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável**, Porto Alegre, v. 2, n. 3, jul./set. 2001. Disponível em: <<http://goo.gl/S5JGr4>>. Acesso em: 04 jul. 2015.

FOUCAUT, M. **Microfísica do poder**. 25. ed. São Paulo: Graal, 2012.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIOVENARDI, E. **Os pobres do campo**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2003.

GRAZIANO NETO, F. **A questão agrária e ecológica: Critica a agricultura moderna**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

IBGE. **Censo agropecuário 2006: Brasil, grandes regiões e unidades da federação**. Brasília, 2006. Disponível em: <<http://goo.gl/1vy9xx>>. Acesso em: 19 jul. 2015.

LIMA, J.F.; JUNQUEIRA, C. P. Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, Londrina, v. 29, n.2, p. 159 – 176, 2008.

LOCATEL, C. D.; HESPANHOL, A. N. Desenvolvimento da agricultura e espaço rural. In: SILVEIRA, M. R.; LAMOSO, L. P.; MOURÃO, P. F. C. **Questões nacionais e regionais do território brasileiro**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 117 – 131.

MOURA, José Francisco Santos. **A produção Agroecológica do município do Rio Grande/RS**. Rio Grande, Universidade Federal do Rio Grande - FURG. Dissertação de mestrado em Geografia, 2011.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA. **Colocar os agricultores familiares em primeiro para erradicar a fome**. Brasília, [2015]. Disponível em: <<https://goo.gl/vsGFsG>>. Acesso em: 25 abr. 2015.

OSÓRIO, R.; SIQUEIRA, D. O conceito de Rural. In: Giarracca, N. **Una nueva ruralidad em América Latina?** Buenos Aires. CLACSO, 2001.

PARANÁ. Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. **O que são políticas públicas?** Curitiba, [2015]. Disponível em: <<http://goo.gl/7S83Ox>>. Acesso em: 16 maio 2015.

PRADO JUNIOR, Caio. **Contribuição para a análise da questão agrária no Brasil**. In: A questão agrária no Brasil. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1979.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas de pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: FEEVALE, 2013.
RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RATZEL, F. **Geografia do homem**. In: MORAES, A. C. R. (Org.). *Ratzel*. São Paulo: Ática, 1990.

REZENDE, G. C. GOLDIN, I. **A agricultura brasileira na década de 80: Crescimento numa economia em crise**. Rio de Janeiro: IPEA. 1993.

RIO GRANDE. Secretaria de Município de Meio Ambiente. **Elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) do município do Rio Grande**: concepção dos programas, projetos e ações em saneamento (produto 4). Ed. rev. Rio Grande, 2013. Disponível em: <<http://goo.gl/wQMQR6>>. Acesso em: 03 set. 2015.

SILVA, E. L., MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. rev. e atual. Florianópolis: UFSC, 2000. Disponível em: <<https://goo.gl/u0mvN3>>. Acesso em: 04 jul. 2015.

SILVA, J. G.; DEL GROSSI, M. E. O novo rural brasileiro. **Revista nova economia**, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 43-81, 1997. Disponível em: <<http://goo.gl/ssYqiM>>. Acesso em: 05 jul. 2015.

SOLARI, A. B. O objetivo da Sociologia Rural. In: SZMRECSÁNYI, T.; QUEDA, O. (org.) **Vida Rural e Mudança Social**. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1979.

SOROKIN, P. A.; ZIMMERMAN, C. C.; GALPIN, C. J. Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano. In: MARTINS, J. S. **Introdução crítica à sociologia rural**. São Paulo: Hucitec, 1981. p. 198-224.

TEIXEIRA, E. C. **O papel das Políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade**. [Salvador]: AATR-BA, 2002. Disponível em: <<http://goo.gl/nEn72s>>. Acesso em: 05 jul. 2015.

TEIXEIRA, J. C. Modernização da agricultura no Brasil: impactos econômicos, sociais e ambientais. **Revista eletrônica da Associação de Geógrafos Brasileiros** - Seção Três Lagoas, Três Lagoas – MS, v. 2, n. 2, p. 21-42, set, 2005. Disponível em: <<http://www.cptl.ufms.br/geo/revista-geo/Artigos/jodenir.pdf>>. Acesso em: 05 jul. 2015.

TONNEAU, J.-P.; AQUINO, J. R.; TEIXEIRA, O. A. Modernização da agricultura familiar e exclusão social: o dilema das políticas agrícolas. **Cadernos de ciências & tecnologia**, Brasília, v. 22, n. 1, p. 67-82, jan./abr. 2005. Disponível em: <<http://goo.gl/NoOVMM>>. Acesso em: 04 jul. 2015.

WANDERLEY, M. J. B. Agricultura familiar no Brasil: um espaço em construção. **Reforma Agrária**: revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária, São Paulo, v. 25, n. 2-3, p. 37-57, maio/dez. 1995.

APÊNDICES

Apêndice A – Questionário apresentado as famílias entrevistadas.

Esta pesquisa tem como finalidade identificar o conhecimento dos agricultores familiares sobre os sistemas de financiamentos do governo federal, bem como identificar a utilização deste tipo de financiamento. A pesquisa busca também entender quais são os elementos que compõe os fatores responsáveis pela adesão aos financiamentos disponibilizados por políticas públicas federais em especial pelo PRONAF.

Questão 1 – Localização distrital da propriedade no município do Rio Grande:

Questão 2 – Tamanho da propriedade em hectares:

Questão 3 – Tipos de produção e quantidade média produzida:

Questão 4 – Composição familiar, nº de indivíduos.

Questão 4.1 – Quantos indivíduos do gênero masculino?

Questão 4.2 – Quantos indivíduos do gênero feminino?

Questão 5 – A família conhece algum programa de financiamento proveniente de políticas públicas disponibilizadas pelo Governo Federal?

Sim () Não ()

Questão 5.1 – Em caso de resposta positiva, de que maneira (órgão oficial ou outro sistema de informação) foi informado da existência deste programa de financiamento?

Questão 6 – A Família utiliza algum programa de financiamento proveniente de políticas públicas disponibilizadas pelo governo federal?

Sim () Não ()

Questão 6.1 – Em caso de resposta afirmativa, qual programa?

Questão 6.2 – Este programa exige alguma garantia de produção ou apresenta alguma linha especial de financiamento?

Sobre o Programa Nacional de Fortalecimento da agricultura Familiar – PRONAF.

Questão 7 – A família conhece o PRONAF? Sim () Não ()

Questão 8 – A família já utilizou o financiamento do PRONAF? Sim () Não ()

Em caso de resposta afirmativa:

Questão 8.1 – Qual a linha de financiamento?

Questão 8.2 – Qual motivo levou a família a utilizar o PRONAF?

Questão 8.3 – Na tentativa de financiamento pelo PRONAF, utilizou algum órgão Oficial que tenha auxiliado no processo? Sim () Não ()

Questão 9 – Pretende utilizar novamente este tipo de financiamento?

Sim () Não ()

Questão 10 – Em linhas gerais, qual é a sua avaliação sobre o programa de financiamento que a família adquiriu? (não PRONAF)

() Ótimo – O programa atendeu plenamente as pretensões que se pretendia com o financiamento;

- () Bom – O programa atendeu as necessidades como qualquer outro programa de financiamento;
- () Regular – O programa atendeu as necessidades, mas não plenamente;
- () Ruim – O programa não atendeu as necessidades básicas pretendidas com o financiamento.

Questão 11 – Em linhas gerais, qual é a sua avaliação sobre o programa de financiamento? (PRONAF)

- () Ótimo – O programa atendeu plenamente as pretensões que se pretendia com o financiamento;
- () Bom – O programa atendeu as necessidades como qualquer outro programa de financiamento;
- () Regular – O programa atendeu as necessidades, mas não plenamente;
- () Ruim – O programa não atendeu as necessidades básicas pretendidas com o financiamento.

Observações: _____

Apêndice B – Tabulação dos dados levantados na saída de campo, com os agricultores familiares do município de Rio Grande.

Questão.	Resposta.			
	Sim		Não	
5: A família conhece algum programa de financiamento proveniente de políticas públicas disponibilizadas pelo governo federal?	93%		7%	
5.1: Em caso de resposta positiva, de que maneira foi informado deste programa de financiamento?	EMATER	Banco do Brasil (BB)	EMATER e BB	Outro
	43%	21%	18%	18%
6: A família utiliza algum programa de financiamento proveniente de políticas públicas disponibilizadas pelo governo federal?	43%		57%	
6.1: Em caso de resposta afirmativa, qual programa?	PRONAF		Outro	
	92%		8%	
6.2: Este programa exige alguma garantia de produção ou apresenta alguma linha especial de financiamento?	Avalista e Propriedade	Avalista	Propriedade	Sinal
	71%	14%	8%	7%
7: A família conhece o PRONAF?	93%		7%	
8: A família já utilizou o financiamento do PRONAF?	67%		33%	
8.1: Qual a linha de financiamento?	Investimento	Custeio e investimento	Custeio	Pesca
	40%	30%	25%	5%
8.2: Qual motivo levou à família a utilizar o PRONAF?	Fatores produtivos	Processo produtivo	Taxas baixas	Outro
	85%	10%	5%	0%
8.3: Na tentativa de financiamento pelo PRONAF, utilizou algum órgão oficial que tenha auxiliado no processo?	80%		20%	
9: Pretende utilizar novamente este tipo de financiamento?	36%		64%	
10: Em linhas gerais, qual é sua avaliação sobre o programa de financiamento que adquiriu? (Não PRONAF)	Ótimo	Bom	Regular	Ruim
	0%	0%	100%	0%
11: Em linhas gerais, qual é sua avaliação sobre o programa de financiamento que adquiriu? (PRONAF)	Ótimo	Bom	Regular	Ruim
	30%	55%	15%	0%

A tabela representa os questionamentos referentes às questões técnicas sobre os financiamentos e as políticas, sem apresentar as questões que fazem referências aos dados demográficos.